



Prumo Logística S.A.
(Companhia aberta)

Relatório dos auditores independentes sobre
a revisão das informações trimestrais - ITR
em 31 de março de 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Prumo Logística S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Prumo Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Prumo Logística S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6	189.854	44.021	263.722	83.033
Títulos e valores mobiliários	6	9.745	13.241	17.161	19.294
Depósitos bancários vinculados	7	20.910	20.645	21.019	20.698
Clientes	8	-	-	64.177	56.355
Mútuos com partes relacionadas	19	24.210	23.551	86.315	85.034
Contas a receber com partes relacionadas	19	5.289	4.019	970	969
Créditos com terceiros	14	-	-	863	757
Adiantamentos diversos		277	216	783	759
Impostos a recuperar	9	2.618	15.650	56.023	68.993
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	-	-	4.102	32.048
Despesas antecipadas		99	79	20.545	915
Outras contas a receber		808	806	5.317	3.880
Total do ativo circulante		253.810	122.228	540.997	372.735
Não circulante					
Depósitos bancários vinculados	7	-	-	29.082	29.427
Clientes	8	-	-	57.429	58.105
Mútuos com partes relacionadas	19	509.580	509.580	703.908	739.109
Debêntures	13	-	-	659.393	659.393
Créditos com terceiros	14	-	-	80.031	80.015
Depósitos restituíveis	11	-	-	19.808	19.865
Depósitos judiciais	12	299	277	24.534	24.323
Impostos a recuperar	9	73.662	62.934	98.755	68.250
Impostos diferidos	10	-	-	272.737	273.704
Investimentos					
Participações societárias	15	1.760.277	1.788.778	274.241	244.402
Propriedade para investimento	16	-	-	547.391	546.252
Imobilizado	17	2.359	2.443	4.308.163	4.267.832
Intangíveis	18	7.556	7.756	65.820	66.097
Total do ativo não circulante		2.353.733	2.371.768	7.141.292	7.076.774
Total do ativo		2.607.543	2.493.996	7.682.289	7.449.509

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Prumo Logística S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

---Continuação

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		2.177	2.586	55.055	72.990
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	-	-	72.154	34.917
Salários e encargos a pagar		26.993	23.933	50.228	42.434
Mútuo com partes relacionadas	19	166.714	-	166.714	-
Contas a pagar com partes relacionadas	19	552	113	9.241	7.613
Obrigações com terceiros	14	-	-	-	520
Adiantamento de clientes	23	-	-	2.555	2.657
Impostos e contribuições a recolher	22	6.857	9.156	11.728	19.517
Impostos de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	1.913	3.671
Outras contas a pagar		-	-	64	56
Total do passivo circulante		203.293	35.788	369.652	184.375
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	-	-	4.817.530	4.754.168
Obrigações com terceiros	14	-	-	19.880	19.880
Adiantamento de clientes	23	-	-	23.884	24.472
Provisão para contingências	24	2.644	2.515	3.262	3.005
Provisão para perda de investimentos	15	273.472	260.733	-	-
Impostos diferidos	10	-	-	31.823	32.610
Outras contas a pagar		-	-	484	484
Total do passivo não circulante		276.116	263.248	4.896.863	4.834.619
Patrimônio líquido					
Capital social	25	3.232.034	3.232.034	3.232.034	3.232.034
Reservas de capital		1.034.137	977.380	1.034.136	977.380
Ajuste de avaliação patrimonial		(128.900)	(133.647)	(128.900)	(133.647)
Prejuízos acumulados		(2.009.137)	(1.880.807)	(2.011.289)	(1.883.042)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		2.128.134	2.194.960	2.125.981	2.192.725
Participação de acionistas não controladores		-	-	289.793	237.790
Total do patrimônio líquido		2.128.134	2.194.960	2.415.774	2.430.515
Total do passivo e patrimônio líquido		2.607.543	2.493.996	7.682.289	7.449.509

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Prumo Logística S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação, expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Receita líquida de serviços	27	-	-	77.396	58.741
Custo dos serviços prestados	28	-	-	(66.177)	(44.367)
Resultado bruto		-	-	11.219	14.374
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	29	(15.984)	(20.963)	(34.295)	(28.637)
Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")	1, 17, 18	(38)	-	(728)	(10.961)
Outras receitas	30	60	-	277	-
Outras despesas	30	-	-	(157)	(7)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		(15.962)	(20.963)	(23.684)	(25.231)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	3.656	7.255	39.033	59.300
Despesas financeiras	31	(9.893)	(472)	(173.255)	(145.852)
		(6.237)	6.753	(134.222)	(86.552)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(106.131)	(94.391)	28.716	5.057
Resultado antes dos impostos		(128.330)	(108.601)	(129.190)	(106.726)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	(1.907)	(16.853)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	-	-	(345)	15.627
Prejuízo do período		(128.330)	(108.601)	(131.442)	(107.952)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores	26	(128.330)	(108.601)	(128.247)	(111.794)
Acionistas não controladores		-	-	(3.195)	3.842
Prejuízo do período		(128.330)	(108.601)	(131.442)	(107.952)
Resultado por ação					
Prejuízo por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	26	(0,34129)	(0,28882)	(0,34107)	(0,29731)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Prumo Logística S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Períodos de três meses findos em		Períodos de três meses findos em	
	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Prejuízo do período	(128.330)	(108.601)	(131.442)	(107.952)
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado (líquidos de impostos):				
Ajustes acumulados de conversão	4.747	(26.638)	4.747	(26.638)
Instrumento de <i>hedge</i> - contabilidade reflexa	-	(690)	-	(690)
Total dos resultados abrangentes do período	(123.583)	(135.929)	(126.695)	(135.280)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(123.583)	(135.929)	(123.500)	(139.122)
Acionistas não controladores	-	-	(3.195)	3.842

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Prumo Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)
Períodos findos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Reserva de Capital													
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital reflexa - Ferropart	Bônus de subscrição Siemens-reflexa	Ganho/(perda) na variação percentual em investida	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Ajuste ativo diferido - Lei 11.638/07	Total	Participação de acionista não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	3.232.034	327.761	61.250	(31.844)	125.182	-	480.430	(145.953)	(897.276)	3.151.584	(2.564)	3.149.020	240.325	3.389.345
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(108.601)	(108.601)	(3.193)	(111.794)	3.842	(107.952)
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	167	-	-	-	-	-	-	167	-	167	-	167
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(26.638)	-	(26.638)	-	(26.638)	(6.644)	(33.282)
Instrumento financeiro <i>hedge</i>	-	-	-	-	-	-	-	(690)	-	(690)	-	(690)	-	(690)
Ajuste de imposto diferido na investida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.274	3.274	-	3.274
Outros	-	-	-	-	-	-	(17)	-	-	(17)	-	(17)	-	(17)
Saldo em 31 de março de 2017	3.232.034	327.761	61.417	(31.844)	125.182	-	480.413	(173.281)	(1.005.877)	3.015.805	(2.483)	3.013.322	237.523	3.250.845
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(874.930)	(874.930)	3.523	(871.407)	(9.757)	(881.164)
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	1.225	-	-	-	-	-	-	1.225	-	1.225	-	1.225
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	40.204	-	40.204	-	40.204	10.024	50.228
Instrumento financeiro <i>hedge</i>	-	-	-	-	-	-	-	(570)	-	(570)	-	(570)	-	(570)
Bônus de subscrição - Siemens - reflexa	-	-	-	-	-	13.231	-	-	-	13.231	-	13.231	-	13.231
Ajuste de imposto diferido na investida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.275)	(3.275)	-	(3.275)
Outros	-	-	-	-	-	-	(5)	-	-	(5)	-	(5)	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.232.034	327.761	62.642	(31.844)	125.182	13.231	480.408	(133.647)	(1.880.807)	2.194.960	(2.235)	2.192.725	237.790	2.430.515
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(128.330)	(128.330)	83	(128.247)	(3.195)	(131.442)
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	521	-	-	-	-	-	-	521	-	521	-	521
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	4.747	-	4.747	-	4.747	256	5.003
Aporte da Siemens na GNA	-	-	-	-	-	-	28.200	-	-	28.200	-	28.200	-	28.200
Aporte do Porto de Antuérpia na PdA	-	-	-	-	-	-	28.035	-	-	28.035	-	28.035	-	28.035
Participação de acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.942	54.942
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Saldo em 31 de março de 2018	3.232.034	327.761	63.163	(31.844)	125.182	13.231	536.643	(128.900)	(2.009.137)	2.128.134	(2.153)	2.125.981	289.793	2.415.774

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Prumo Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido antes dos impostos	(128.330)	(108.601)	(129.190)	(106.727)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	312	440	40.914	32.982
Baixa do imobilizado	-	-	118	-
Resultado de equivalência patrimonial	106.131	94.391	(28.716)	(5.057)
Variação monetária e juros	61	(4)	121.242	89.764
Perda sobre recebíveis	38	-	728	-
Variação cambial pela conversão	-	-	(566)	(4.777)
Amortização do custo de transação	-	-	6.961	6.793
Provisão para bônus	2.849	(3.652)	6.307	(5.277)
Provisão para <i>impairment</i>	-	-	-	10.961
Provisão (reversão) para contingências	129	1.518	257	1.422
Despesa com remuneração baseada em ações	486	133	521	168
Resultado líquido ajustado	(18.324)	(15.775)	18.576	20.252
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Clientes	-	-	(7.821)	(14.087)
Depósitos restituíveis	-	-	204	405
Depósitos bancários vinculados	-	-	-	(1.070)
Impostos a recuperar	2.304	(834)	13.771	27.021
Contas a receber com partes relacionadas	(1.147)	-	(589)	-
Créditos com terceiros	-	-	(122)	(3.153)
Despesas antecipadas	(20)	(312)	(19.630)	(5.192)
Adiantamentos diversos	(61)	(37)	(24)	(139)
Outros valores a receber	(58)	(724)	(1.604)	1.307
Fornecedores	(407)	(12.629)	(17.930)	(58.351)
Contas a pagar com partes relacionadas	439	369	1.628	1.594
Impostos e contribuições a recolher	(2.299)	(795)	(11.454)	(28.896)
Salários e encargos a pagar	211	6.991	1.487	10.965
Adiantamento de clientes	-	-	(690)	(266)
Obrigações com terceiros	-	-	(520)	-
Outras contas a pagar	-	(140)	(280)	(239)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(19.362)	(23.886)	(24.998)	(49.849)
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(9)	1.131	(76.456)	(141.600)
Ativo intangível	(18)	(824)	(273)	(873)
Propriedade para investimentos	-	-	(1.144)	(1.185)
Aumento de capital em controlada	-	(6.291)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(3.039)	(61.343)	-	(4.000)
Títulos e valores mobiliários	3.496	-	2.133	-
Empréstimos liquidados com partes relacionadas	-	-	50.564	42.857
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	430	(67.327)	(25.176)	(104.801)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital por acionista minoritário	-	-	110.322	-
Juros pagos	-	-	(8.441)	(10.601)
Custo de transação	-	-	(263)	(5.989)
Depósitos bancários vinculados	(265)	-	1.372	-
Empréstimos obtidos com partes relacionadas	165.030	-	165.030	(30.684)
Empréstimos liquidados com terceiros	-	-	(36.615)	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	164.765	-	231.405	(47.274)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	145.833	(91.213)	181.231	(201.924)
No início do período	44.021	202.408	83.033	399.946
No fim do período	189.854	111.195	263.722	203.519
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	-	-	542	(5.497)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Prumo Logística S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/01/2018 a 31/03/2018	31/01/2017 a 31/03/2017	31/01/2018 a 31/03/2018	31/01/2017 a 31/03/2017
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	91.275	67.628
Outras receitas	60	-	277	-
Construção de ativos próprios	-	-	57.527	193.285
	60	-	149.079	260.913
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(20.149)	(8.105)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.454)	(4.924)	(66.112)	(200.131)
Perda/recuperação de valores ativos	(38)	-	(728)	(10.961)
Outras	(128)	(1.517)	(426)	(1.444)
	(3.620)	(6.441)	(87.415)	(220.641)
Valor adicionado bruto	(3.560)	(6.441)	61.664	40.272
Depreciação, amortização e exaustão	(312)	(440)	(40.914)	(32.982)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(3.872)	(6.881)	20.750	7.290
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(106.131)	(94.391)	28.716	5.057
Receitas financeiras	3.656	7.225	39.033	59.300
Imposto de renda diferido	-	-	(345)	15.627
	(102.475)	(87.166)	67.404	79.984
Valor adicionado total a distribuir	(106.347)	(94.047)	88.154	87.274
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	4.628	5.639	12.398	9.574
Benefícios	3.925	4.689	10.165	7.783
FGTS	248	372	784	653
	8.801	10.700	23.347	18.010
Tributos				
Federais	1.643	2.055	17.060	28.320
Estaduais	-	1	1.370	75
Municipais	-	-	1.487	1.062
	1.643	2.056	19.917	29.457
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	9.893	472	173.255	145.852
Aluguéis	1.646	1.326	3.077	1.907
	11.539	1.798	176.332	147.759
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo líquido do período	(128.330)	(108.601)	(128.247)	(111.794)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(3.195)	3.842
	(128.330)	(108.601)	(131.442)	(107.952)
	(106.347)	(94.047)	88.154	87.274

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A Prumo Logística S.A. ("Prumo" ou "Companhia") foi constituída em 1º de março de 2007, com o objetivo de desenvolver empreendimentos de infraestrutura e competências logísticas integradas, principalmente no setor portuário. Essas operações consistem basicamente na estocagem, manuseio e embarque de minério de ferro e de embarque, desembarque e transbordo de cargas de terceiros de todo tipo, tais como de granéis sólidos (minerais, agrícolas e industrializados) e líquidos, e no arrendamento de retroárea. A Companhia atualmente desenvolve suas operações através da controlada Porto do Açú Operações S.A. ("Porto do Açú"), da controlada indireta em conjunto ("empreendimento controlado em conjunto") Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. ("Ferroport"), da controlada Açú Petróleo S.A. ("Açú Petróleo"), da controlada Gás Natural Açú S.A. ("Gás Natural") e do empreendimento controlado em conjunto NFX Combustíveis Marítimos Ltda. ("NFX").

As cotações das ações da Prumo fecharam 31 de março de 2018 com o valor de R\$11,40, superior ao valor patrimonial consolidado da Companhia na mesma data, de R\$6,42 por ação.

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresentou prejuízo consolidado de R\$131.442 e capital circulante consolidado positivo de R\$177.296.

Em 21 de março de 2018, a Prumo celebrou, na qualidade de mutuária, um contrato de mútuo com um veículo de investimento administrado por sociedades afiliadas à EIG Global Energy Partners ("EIG"), controladora da Companhia, no valor de US\$ 50.000, com taxa de juros de 15% ao ano ("Contrato de Mútuo"). O principal e os juros estabelecidos no Contrato de Mútuo estão sujeitos a determinadas condições de subordinação e pagamento acordadas com os credores de longo prazo da subsidiária Porto do Açú.

As estratégias financeiras previstas para curto prazo são as seguintes:

- Recebimento, pela Açú Petróleo dos recursos provenientes de um financiamento de US\$350 milhões da Overseas Private Investment Corporation ("OPIC"), agência financeira norte americana de desenvolvimento, aprovado pela mesma. Desse montante, a Açú Petróleo sacou o montante de US\$80 milhões em maio de 2017 e aguarda o cumprimento de condições precedentes do contrato para receber o restante dos recursos. Esta linha de crédito equilibrará sua estrutura de capital.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- A Administração está estruturando o financiamento para a implementação de duas térmicas a gás natural e um terminal de gás natural liquefeito (“GNL”) no Porto do Açú. A Companhia espera avançar na obtenção de recursos de longo prazo para esses projetos nos próximos meses, conforme descrito no item Gás Natural, nesta mesma nota explicativa; e
- Adicionalmente, a Administração continua empenhada na busca de outras formas de obtenção de recursos para a continuidade da realização dos planos de negócios da Companhia. Estes planos incluem o desenvolvimento dos empreendimentos descritos nesta nota.

Análise de impairment

A Companhia revisa trimestralmente a existência de indicadores de perda estimada ao valor recuperável dos ativos e, em 31 de março de 2018, com a adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, foi registrado risco de perda sobre aplicação financeira e recebíveis, conforme nota explicativa nº 5 - Políticas Contábeis, no montante consolidado de R\$729 (R\$38 referente a aplicação financeira na Prumo), conforme mencionado.

Em 31 de março de 2018 não foram identificados indicadores de *impairment para Unidades Geradoras de Caixa (“UGCS”) da Companhia, conforme mencionado nas notas explicativas nº 17 - Imobilizado e nº 18 - Intangíveis.*

Oferta Pública

Em 14 de outubro de 2016, a Companhia anunciou ao mercado que havia sido informada pelo Ofertante da sua intenção de realizar, diretamente ou por meio de sociedades a ele relacionadas, oferta pública de aquisição das Ações em Circulação (“OPA”) para cancelamento de registro da Companhia na CVM como emissora de valores mobiliários categoria “A” e para a saída da Companhia do Novo Mercado, nos termos e condições previstos na legislação e regulamentação em vigor.

1. Contexto operacional--Continuação

Oferta Pública--Continuação

Em 19 de dezembro de 2017, em atendimento ao Ofício nº 390/2017/CVM/SER/G ER-1 da CVM, foi convocada assembleia geral especial de acionistas titulares de ações em circulação, instalada em 19 de janeiro de 2018, que deliberou pela rejeição da proposta de realização de nova avaliação da Companhia no âmbito da OPA.

Em 09 de março de 2018, a EIG LLX, na qualidade de ofertante, informou que a oferta em curso estabelece um valor por ação de R\$11,50 e que não tem intenção de aumentar esse preço para R\$15,00 como havia sido mencionado pela imprensa naquela data.

Em 12 de março de 2018, a EIG LLX, na qualidade de ofertante, informou que adquiriu 39.322 ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, representativas de 10,46% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo valor unitário de R\$11,50, totalizando o valor de R\$452.206. A liquidação financeira das aquisições realizadas no leilão ocorreu em 14 de março de 2018, e as ações em circulação remanescentes representarão 1,44% do capital social da Companhia. As ações da Companhia deixaram de integrar o segmento do Novo Mercado da B3 no primeiro dia útil imediatamente após o encerramento do Leilão, ocorrido em 09 de março de 2018. Os acionistas que não negociaram suas ações durante o Leilão terão três meses seguintes ao leilão para vendê-las.

1. Contexto operacional--Continuação

Port of Antwerp

Em 24 de julho de 2017, a Porto do Açú e a Port of Antwerp International NV ("PAI"), uma subsidiária do Porto de Antuérpia, firmaram uma parceria constituída pela assinatura de um Contrato de Consultoria e um investimento regulado através de um Contrato de Investimento e de um Acordo de Acionistas ("Acordos Definitivos").

De acordo com a AGE de 15 de fevereiro de 2018, houve ratificação da celebração do acordo de investimentos ("*Investment Agreement*") e foram cumpridas todas as condições precedentes para a formação da parceria entre a Porto do Açú e a PAI, implementada através da celebração dos três contratos acima mencionados ("Acordos Definitivos").

Os Acordos Definitivos tornaram-se eficazes e, desta forma, (i) a PAI iniciou a prestação dos serviços de consultoria para a Porto do Açú, pelo prazo de 10 anos e ao preço total de US\$7.800, sendo que adicionalmente a PAI indicará um total de até quatro executivos expatriados para integrar a equipe da Porto do Açú no desenvolvimento comercial e operacional no porto; (ii) a PAI, através de uma subsidiária, subscreveu 24.232 novas ações correspondentes a uma participação de 1,176% do capital social da Porto do Açú, pelo valor total de R\$24.231 dos quais R\$8.081 foram destinados à conta de reserva de capital e (iii) a PAI indicará um membro para o Conselho de Administração da Porto do Açú.

1. Contexto operacional--Continuação

Porto do Açu

Cobrindo uma área de 90 km² e localizado no norte do Estado do Rio de Janeiro, no município de São João da Barra, o porto do Açu possui localização estratégica a aproximadamente 150 km de distância da Bacia petrolífera de Campos. Desenvolvido no conceito de porto-indústria, o Porto está em operação desde outubro de 2014 e conta atualmente com profundidades entre 10 e 25 metros. O Porto do Açu possui um Terminal *Offshore* (T1) e um Terminal *Onshore* (T2), que juntos podem totalizar 17 km de cais, com capacidade de receber navios de grande porte, como *Capesizes* e *Very Large Crude Carriers* (VLCCs).

O porto do Açu compreende uma ampla área, destinada às operações portuárias e ao complexo industrial. Atualmente, onze empresas operam no Porto do Açu: National Oilwell Varco (NOV), Technip, Wärtsilä, InterMoor, Edison Chouest, BP Prumo, Ferroport, Anglo American, Açu Petróleo, Dome e a Porto do Açu, que opera o Terminal Multicargas (“T-Mult”).

A empresa Porto do Açu, subsidiária da Prumo, atua em duas linhas de negócio: (i) o aluguel de áreas, que conta com os clientes Wärtsilä, NOV, Technip, InterMoor, Edison Chouest e BP Prumo, já instalados e em atividade, e (ii) o próprio Terminal Multicargas, que tem como principais clientes a Votorantim Metais, com prestação de serviços de movimentação de bauxita, carvão e coque, e a Gerdau Açominas S.A. (“Gerdau”) com atividades de descarga e transporte rodoviário de carvão siderúrgico, além do aluguel do cais para atracação de sondas de petróleo.

Localizado no Terminal *Onshore* do empreendimento, que foi desenvolvido no entorno de um canal com 300 metros de largura, 6,5 quilômetros de extensão e profundidade de até 14,5 metros, o T-Mult está equipado para movimentar diversos tipos de cargas, como granéis sólidos e carga geral.

1. Contexto operacional--Continuação

Porto do Açú

Em 23 de janeiro de 2017, o T-Mult recebeu duas sondas semissubmersíveis de águas profundas simultaneamente, que passam por serviços de manutenção e apoio de rotina. As duas sondas estavam apoiando a campanha exploratória da Petrobras, e permanecem no T-Mult.

No 1º trimestre de 2018 o T-Mult movimentou 174.857 toneladas de granéis.

Ferroport

A Ferroport é um empreendimento controlado em conjunto entre a controlada integral da Companhia, Prumo Participações e Investimentos S.A. (“Prumo Participações”), e a Anglo American Participações Minério de Ferro Ltda. (“Anglo American”).

A Ferroport é condômina da Porto do Açú em uma área de 300 hectares, na qual se realizam o processamento, a movimentação e a estocagem de minério de ferro, e também co-proprietária da estrutura *offshore* (T1) formada por ponte de acesso, canal de acesso, quebra-mar e pier com dois berços para carregamento de minério. Iniciou suas exportações em 25 de outubro de 2014. Foi embarcado, no primeiro trimestre de 2018, o total de 2.896 mil toneladas de minério de ferro, em dezessete navios Capesizes.

Açú Petróleo

A Açú Petróleo tem como objetivo societário a prestação de serviços de logística de transporte de carga líquida ou gasosa; construção, operação e exploração de terminais marítimos de uso privado próprios ou de terceiros; atividade de transbordo de cargas líquidas, incluindo mas não se limitando a petróleo bruto e seus derivados; construção, operação e exploração de pátio logístico e unidade de tratamento de petróleo para fins de armazenagem; tratamento, beneficiamento, mistura e processamento (“*blending*”) de petróleo; e intermediação na compra e venda de petróleo e seus derivados.

Localizado no T1, o terminal da Açú Petróleo possui três berços disponíveis ao longo do quebra-mar de 1,4 km, sendo que dois deles são capacitados para receber até navios exportadores tipo VLCC e o terceiro até navios SuezMax. Esse terminal (“*T-Oil*”), está licenciado para a movimentação de até 1,2 milhão de barris de óleo por dia.

1. Contexto operacional--Continuação

Açu Petróleo--Continuação

Com a recente conclusão das obras de dragagem, o canal de acesso e os berços norte e central do *T-Oil* passaram de 20,5 metros de profundidade para até 25 metros. Em 08 de fevereiro de 2018, foi autorizado pela Agência da Capitania dos Portos o início das operações com VLCC no *T-Oil*, elevando a capacidade do terminal para movimentação de até 2 milhões de barris diários.

NFX (BP - Prumo)

A NFX é um empreendimento controlado em conjunto com a BP e a Prumo e atua com exclusividade na comercialização e movimentação de combustíveis para terceiros, substancialmente para os usuários do Porto do Açu, não tendo os acionistas nenhuma prioridade no fornecimento de combustíveis, efetuado a preços de mercado. A empresa opera um terminal próprio de combustíveis marítimos ("Tecma") no porto. Adicionalmente, a NFX tem como objetivo societário as atividades de importação, exportação, venda, armazenamento, mistura, distribuição e qualquer forma de comercialização de combustíveis marítimos por operações de transbordo ou através de dutos, bem como a distribuição e qualquer forma de comercialização de combustíveis marítimos.

A NFX comercializou no primeiro trimestre de 2018 aproximadamente 35.500 toneladas de óleo diesel marítimo em 81 operações, realizadas no Tecma, no *T-Mult* e no Terminal da Edison Chouest ("B-Port"), além de 36 operações *offshore*. Atualmente conta ainda com duas embarcações contratadas para auxílio em operações de *offloading* e abastecimento.

1. Contexto operacional--Continuação

Dome

Em 19 de julho de 2017, a controlada direta Prumo Serviços e Navegação Ltda. ("PSN") assinou contrato definitivo ("Acordo de Parceria") com a GranEnergia Navegação S.A. ("GranEnergia"), em conjunto com PSN, as "Partes"), para constituição formal de veículo da parceria, denominado Dome, conforme se segue.

O Acordo de Parceria tem como objetivo estabelecer os termos e condições da parceria, na proporção de 50% de participação para cada parte, voltada para oferecer soluções integradas de serviços para a indústria de óleo e gás, tais como, entre outros: reparo e manutenção naval; construção, manutenção e montagem de equipamentos diversos relacionados às operações *offshore*; suporte logístico às operações de *oil & gás* incluindo armazenagem, movimentação de cargas e logística de tripulação; e recebimento e tratamento de água e resíduos.

A parceria se dá, em um primeiro estágio, através do consórcio já constituído, e posteriormente por uma sociedade de propósito específico a ser constituída pelas partes.

A Dome contribuirá para o aumento da eficiência, otimização de custos e integridade das instalações, visando à sustentabilidade dos projetos e operações da indústria de óleo e gás.

A Dome está instalada no Terminal 2 do porto do Açu, ocupando inicialmente uma área de 47 mil m², sendo 17 mil m² com estruturas já construídas, como prédios administrativos, oficinas e galpões, entre outros. Essa infraestrutura conta, ainda, com 460 metros lineares de cais prontos para uso imediato. O consórcio se encontra em estágio inicial de operações.

1. Contexto operacional--Continuação

Gás Natural

A controlada direta Gás Natural Açú S.A. ("Gás Natural") tem como objeto societário a compra e venda de gás natural liquefeito ("GNL"), processamento, beneficiamento e tratamento de gás natural oriundo da produção *offshore* e de regaseificação de GNL, a geração, a transmissão e a comercialização de energia e capacidade elétrica e a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica.

Em 16 de junho de 2017, a Gás Natural assinou contrato com a Termelétrica Novo Tempo S.A. ("UTE Novo Tempo"), sociedade vencedora do Leilão de Energia Nova A-5 de 2014 (Leilão nº 06/2014 - ANEEL), visando à transferência para o porto do Açú da autorização emitida pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 210 de 14 de maio de 2015 para a construção e operação de uma termelétrica de 1.238 MW ("Autorização"). O contrato prevê a transferência dos 37 Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) celebrados com companhias distribuidoras de energia.

A celebração deste contrato viabilizou a transferência de titularidade da Autorização e dos CCEAR's para a Gás Natural e permitirá a implantação da primeira usina termelétrica no Porto do Açú, além de fazer parte do desenvolvimento do chamado "Açú Gas Hub", localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

Em 13 de agosto de 2017, a Gás Natural assinou um acordo de investimento com a Siemens, sendo Prumo garantidora e Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. ("GNA Infra") parte interveniente.

1. Contexto operacional--Continuação

Gás Natural--Continuação

Esse Acordo de Investimento estabelece: (i) os termos e condições para o desenvolvimento do Projeto da UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I"), uma usina termoeletrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.300 MW, com previsão de início das operações em 1º de janeiro de 2021, que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo, em relação aos seus Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (1.238 MW); e de um Projeto de Terminal de Regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), com capacidade para importar gás natural para o projeto GNA I e futuras usinas de energia e outros projetos potenciais na área Industrial do porto do Açú; (ii) os investimentos e contribuições a serem feitos pela Siemens e pela Gás Natural à GNA Infra para o desenvolvimento da GNA I e do Terminal de Regaseificação; e (iii) a estrutura corporativa da GNA Infra e suas subsidiárias.

De acordo com AGE de 07 de fevereiro de 2018, a Siemens subscreveu novas ações emitidas pela GNA Infra, no valor de US\$21.000 equivalente a R\$68.313, representando 33% do seu capital social ("Contribuição Inicial"). Com isso, o capital social da GNA Infra será composto por 67% das ações detidas pela Gás Natural e 33% das ações detidas pela Siemens. A Siemens terá certos direitos de governança, como a nomeação de um membro para o Conselho de Administração da GNA Infra. O acordo estabelece outras condições, como aprovações regulatórias relevantes, a execução de um acordo de acionistas entre a Gás Natural e a Siemens, a aprovação dos Planos de Negócios para o desenvolvimento da UTE GNA I e do Terminal de Regaseificação, a execução do contrato de EPC (Engenharia, Contratação e Construção), a execução do LTSA (contrato de serviços de longo prazo), constituído por serviços de manutenção e fornecimento de peças sobressalentes para garantir o desempenho e a disponibilidade da usina termoeletrica, e a execução de um contrato de O & M (operação e manutenção) para a usina termoeletrica.

1. Contexto operacional--Continuação

Gás Natural--Continuação

Em dezembro de 2017 a UTE GNA II Geração de Energia Ltda. ("GNA II") venceu o leilão A-6, projeto de uma térmica elétrica com capacidade de 1.672,6 MW que demandará investimentos de R\$3,4 bilhões, com previsão de início das operações em 1º de janeiro de 2023.

A GNA detém licenças ambientais preliminares para até 6,4 GW em termelétricas em ciclo combinado. Os processos para assinatura dos contratos de comercialização de energia de duas UTE's estão avançados, na totalidade de capacidade instalada de 2,9 GW.

Em 22 de dezembro de 2017, a Gás Natural e a BP Global Investments Limited ("BP") celebraram um acordo de investimento como segue:

- (i) Através da AGE em 05 de janeiro de 2018, foi efetuado aporte pela BP referente a 30% do capital da GNA, por meio da subscrição de novas ações no valor de US\$7.500, equivalente a R\$25.717, e R\$14.544 que deverão ser integralizados até 30 de janeiro de 2019;
- (ii) As regras para investimento, pela Prumo e BP, na GNA I, subsidiária da Gás Natural, que irá construir e operar uma termelétrica de 1.238 MW, assim como o compromisso de capital necessário para este investimento, proporcional às suas participações societárias na Gás Natural, observando o limite de US\$79.200 de investimento de capital pela BP no *capex* de construção do projeto;
- (iii) As regras da sociedade e potenciais investimentos pela BP, em futuros projetos a serem desenvolvidos pela Gás Natural ou por suas subsidiárias; e
- (iv) Os termos e condições para a aquisição, pela BP, de 50% do capital da Gás Natural Açúcar Comercializadora de Energia Ltda., sociedade subsidiária da Prumo, que terá como finalidade o desenvolvimento de oportunidades relacionadas à compra e venda de energia, gás natural e líquidos derivados de gás natural no porto do Açúcar.

2. Licenças e autorizações

Licenças ou autorizações novas em 31 de março de 2018.

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
GNA II	Licença de Instalação emitida em 09/03/2018, para implantação da UTE Novo Tempo GNA II, a gás natural, com capacidade instalada de 1.298,963 MW e linha de transmissão de 1,6 km.	LI nº IN044379	09/03/2018	09/03/2023
Porto do Açú	Termo aditivo ao contrato de uso de espelho d'água, que prevê a inclusão da Ferroport e da Açú Petróleo.	-	29/03/2018	06/10/2035

3. Empresas do Grupo Prumo

	País	Participação acionária	
		31/03/2018	31/12/2017
Controladas diretas			
Porto do Açú Operações S.A. ("Porto do Açú") (*)	Brasil	98,82%	100,00%
LLX Brasil Operações Portuárias S.A. ("LLX Brasil")	Brasil	100,00%	100,00%
NFX Combustíveis Marítimos Ltda. ("NFX") (**)	Brasil	50,00%	50,00%
Açú Petróleo S.A. ("Açú Petróleo")	Brasil	60,00%	60,00%
Gás Natural Açú S.A. ("Gás Natural") (***)	Brasil	70,00%	100,00%
Prumo Participações e Investimentos S.A. ("Prumo Participações")	Brasil	100,00%	100,00%
Heliporto do Açú S.A. ("Heliporto")	Brasil	100,00%	100,00%
Açú Petróleo Investimentos S.A. ("Açú Investimentos")	Brasil	100,00%	100,00%
Prumo Serviços e Navegação Ltda. ("Prumo Navegação")	Brasil	99,90%	99,90%
Rochas do Açú Ltda.	Brasil	99,00%	-
UTE GNA II Geração de Energia Ltda. ("GNA II")	Brasil	50,50%	-
Controladas indiretas			
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (****)	Brasil	50,00%	50,00%
Açú Petróleo S.A. ("Açú Petróleo")	Brasil	20,00%	20,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Açú Ltda. ("GSA")	Brasil	100,00%	100,00%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	100,00%	100,00%
G3X Engenharia S.A. ("G3X")	Brasil	100,00%	100,00%
Pedreira Sapucaia Ind. e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	100,00%	100,00%
Águas Industriais do Açú S.A. ("antiga EBN") ("Águas Industriais")	Brasil	100,00%	100,00%
SNF - Siderúrgica do Norte Fluminense Ltda. ("SNF")	Brasil	100,00%	100,00%
UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I")	Brasil	100,00%	100,00%
UTE GNA II Geração de Energia Ltda. ("GNA II")	Brasil	-	100,00%
GNA Comercializadora de Energia Ltda. ("GNA III")	Brasil	99,00%	100,00%
Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. ("GNA Infra")	Brasil	67,00%	100,00%
Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado LLX 63	Brasil	99,99%	99,99%
Dome Serviços Integrados ("Dome") (*****)	Brasil	50,00%	50,00%

(*) Empreendimento controlado pela Prumo, com participação de 1,18% do Port of Antwerp International NV ("PAI")

(**) Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo e pela BP Global Investment Limited ("BP"), detendo cada acionista 50% das ações.

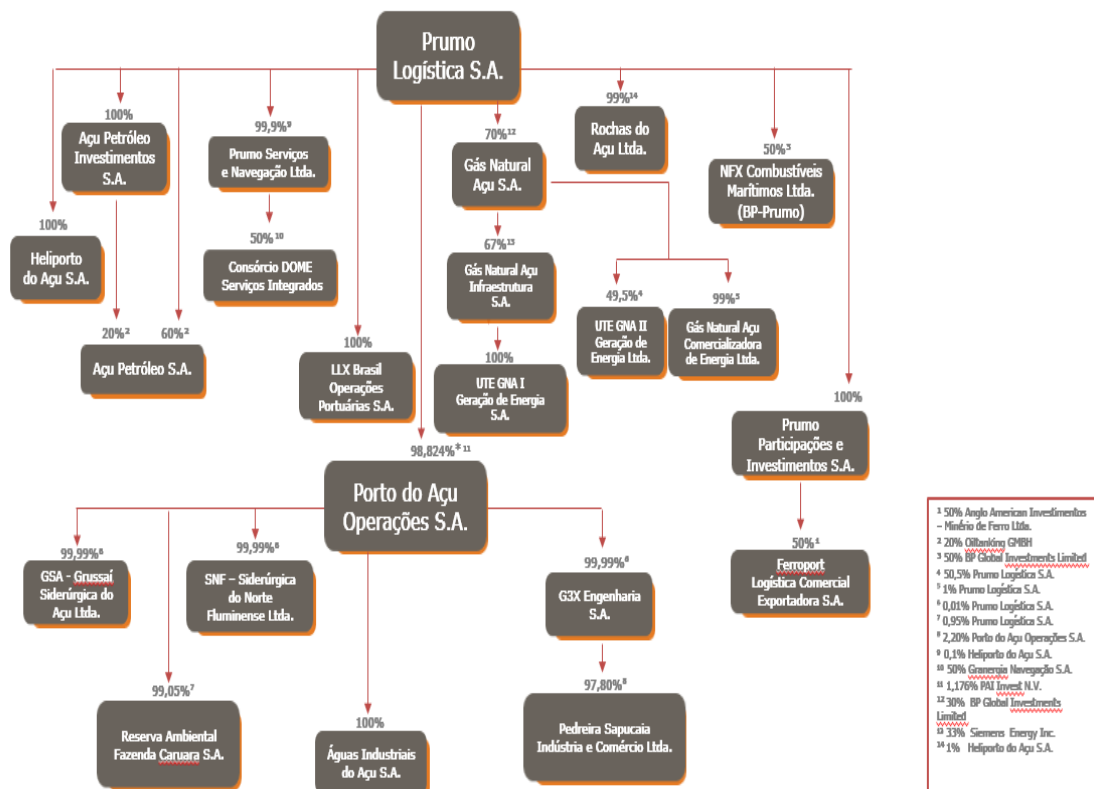
(***) Empreendimento controlado pela Prumo, com participação de 30% da BP Global Investment Limited

(****) Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo e pela Anglo American, detendo cada acionista 50% das ações.

(*****) O consórcio Dome é constituído pelas Companhias Prumo Serviços e Navegação Ltda. e Granenergia Navegação S.A., com participações iguais de 50%.

3. Empresas do Grupo Prumo--Continuação

Em 31 de março de 2018, o Grupo Prumo (“Prumo, empresas controladas e empreendimentos controlados em conjunto”) apresenta a seguinte estrutura:



¹ 50% Anglo American Investimentos - Minério de Ferro Ltda.
² 20% Oilbanking GmbH
³ 50% BP Global Investments Limited
⁴ 50,5% Prumo Logística S.A.
⁵ 1% Prumo Logística S.A.
⁶ 0,01% Prumo Logística S.A.
⁷ 0,95% Prumo Logística S.A.
⁸ 2,20% Porto do Açu Operações S.A.
⁹ 0,1% Heliporto do Açu S.A.
¹⁰ 50% Consórcio Navegação S.A.
¹¹ 1,176% PAI Invest N.V.
¹² 30% BP Global Investments Limited
¹³ 33% Siemens Energy Inc.
¹⁴ 1% Heliporto do Açu S.A.

4. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

a) Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e normas aplicáveis para informações trimestrais da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Essas práticas diferem das normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), aplicáveis às informações trimestrais separadas, somente no que se refere à manutenção do saldo de ativo diferido que, para fins de IFRS (consolidado), foi integralmente baixado na adoção inicial.

As informações trimestrais individuais elaboradas de acordo com o BR GAAP incluem o ativo diferido da controlada do empreendimento controlado em conjunto Ferroport, refletidos na controladora por equivalência patrimonial. Portanto, estas informações trimestrais individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17 - Imobilizado, o ativo diferido da Porto do Açú foi provisionado para *impairment* como resultado da análise efetuada no exercício de 2016 na UGC *Industrial Hub T-Mult*.

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB, bem como com as normas aplicáveis para informações trimestrais da CVM.

As informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, aprovadas em 20 de março de 2018, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas e procedimentos contábeis emitidos pela CVM e pelo CPC, e com as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias--Continuação

a) Declaração de conformidade --Continuação

Em 09 de maio de 2018, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2018.

b) Base de preparação

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas, com a exceção da Açú Petróleo, cuja moeda funcional é o Dólar norte-americano. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das informações contábeis intermediárias da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, intangíveis e propriedades para investimento pelas respectivas unidades geradoras de caixa, a avaliação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências, instrumentos financeiros, dentre outros. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

5. Principais políticas contábeis

Na elaboração destas informações contábeis intermediárias referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2018, as políticas contábeis adotadas são uniformes àquelas utilizadas quando da preparação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pelas novas políticas contábeis relacionadas com a adoção da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, que estão descritas nesta nota explicativa, letra (c) - Mudanças em políticas contábeis significativas.

a) Consolidação

Apresentamos a seguir o resumo do balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, e a demonstração dos resultados dos exercícios, sem ajustes de prática, findos nas mesmas datas, referentes a 50% da participação da controlada indireta Ferroport.

Balanco patrimonial	Ferroport	
	31/03/2018	31/12/2017
Ativo		
Circulante	115.931	98.251
Caixa e equivalentes de caixa	34.960	12.514
Depósitos vinculados	17	16
Impostos a recuperar	42.974	22.056
Clientes	25.546	48.154
Estoques	10.257	10.008
Adiantamentos diversos	132	139
Despesas antecipadas	1.004	1.447
Créditos com terceiros	899	3.696
Contas a receber e mútuos com partes relacionadas	118	205
Ativo disponível para venda	16	16
Outros	8	-
Não circulante	1.199.724	1.206.810
Depósitos judiciais	17.518	17.378
Impostos a recuperar	21.439	18.032
Ativo disponível para venda	105.051	105.051
Imobilizado	1.052.490	1.062.872
Intangíveis	1.089	1.258
Diferido	2.137	2.219
Total do ativo	1.315.655	1.305.061

5. Principais políticas contábeis—Continuação

a) Consolidação--Continuação

	31/03/2018	31/12/2017
Passivo		
Circulante	100.970	104.420
Fornecedores	17.543	20.876
Salários e encargos	7.493	6.958
Obrigações com terceiros	27.805	28.412
Empréstimos com partes relacionadas	31.053	30.742
Impostos e contribuições a recolher	8.944	7.928
Imposto de renda e contribuição social	8.019	9.001
Instrumento financeiro derivativo	-	388
Outros	113	115
Não circulante	859.460	873.581
Provisão para retirada de ativos e reflorestamento	95	95
Impostos e contribuições a recolher	28.270	30.960
Imposto de renda e contribuição social	16.857	16.727
Impostos diferidos	24.579	3.312
Partes relacionadas	351.665	369.202
Obrigações com terceiros	409.061	424.303
Receitas diferidas	27.240	27.514
Provisão para contingências	1.693	1.468
Patrimônio líquido	355.225	327.060
Total do passivo e patrimônio líquido	1.315.655	1.305.061
Demonstração do resultado		
	Períodos de três meses	
	01/01/2018 a	01/01/2017 a
	31/03/2018	31/03/2017
Receita líquida de serviços	67.702	69.242
Custo das vendas	(17.689)	(18.095)
Resultado bruto	50.013	51.147
Despesas operacionais	(4.752)	(1.822)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	45.261	49.325
Resultado financeiro	(15.505)	(29.355)
Lucro antes dos impostos	29.756	19.970
Imposto de renda e contribuição social	(1.844)	(6.790)
Lucro líquido do período	27.912	13.180

5. Principais políticas contábeis—Continuação

a) Consolidação--Continuação

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e demonstração dos exercícios findos nas mesmas datas, referentes a 50% da participação da controlada direta em conjunto NFX.

<u>Balanco patrimonial</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo		
Circulante	34.432	34.967
Caixa e equivalentes de caixa	13.438	16.117
Clientes	10.115	7.740
Estoques	8.102	8.354
Impostos a recuperar	1.962	2.147
Adiantamentos diversos	423	36
Despesas antecipadas	392	574
Não circulante	58.649	58.898
Imobilizado	58.649	58.898
Total do ativo	93.081	93.865
Passivo		
Circulante	20.283	17.714
Fornecedores	3.608	16.213
Mútuo com parte relacionada	419	136
Salários e encargos	265	190
Impostos e contribuições a recolher	1.559	688
Partes relacionadas	14.426	484
Outros	6	3
Não Circulante	23.466	22.997
Mútuo com parte relacionada	23.466	22.997
Patrimônio líquido	49.332	53.154
Total do passivo e patrimônio líquido	93.081	93.865

5. Principais políticas contábeis—Continuação

a) Consolidação--Continuação

	Períodos de três meses	
	31/03/2018	31/03/2017
Receita líquida de serviços	45.330	15.752
Custo das vendas	(39.041)	(13.288)
Resultado bruto	6.289	2.464
Despesas operacionais	(9.437)	(8.287)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(3.148)	(5.823)
Resultado financeiro	(673)	(41)
Prejuízo antes dos impostos	(3.821)	(5.864)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo do período	(3.821)	(5.864)

b) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais, Real, das entidades do Grupo Prumo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda Real utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico, em moeda estrangeira, e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação.

(ii) Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os ativos e passivos de empresas do grupo com moeda funcional diferente do Real são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

5. Principais políticas contábeis—Continuação

c) Mudanças em políticas contábeis significativas

1. IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

Estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de perda de crédito esperada ("*ECL - Expected Credit Loss*"). Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

- Classificação e mensuração - De acordo com a IFRS 9, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo (e inclui os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado).

Os investimentos em instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente a valor justo por meio do resultado ("*FVTPL*"), custo amortizado ou valor justo por meio do resultado abrangente ("*FVOCI*"). A classificação é baseada em duas condições: o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e se os termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto ("*SPPI*").

5. Principais políticas contábeis—Continuação

c) Mudanças em políticas contábeis significativas---Continuação

A categoria FVOCI inclui apenas instrumentos patrimoniais que não os mantidos para venda e, para os quais a Companhia elegeu de forma irrevogável essa designação quando do seu reconhecimento inicial. Os ganhos ou perdas dos instrumentos patrimoniais classificados como FVOCI não são reciclados para o resultado quando da sua baixa e também não estão sujeitos a avaliação de impairment pela IFRS 9

A Companhia desenvolveu políticas e metodologias para a mensuração dos riscos de crédito para os instrumentos financeiros em 31 de março de 2018. A metodologia apresentada considera informações e estudos disponíveis no mercado, aliados a critérios estabelecidos internamente.

(i) Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de *Corporate Default* publicado pela S&P em 13 de abril de 2017, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de *default* de empresas em cada nível de *rating*.

O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu *rating* na Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a companhia possui saldos em aberto em 31 de março de 2018 são classificadas entre AAA e A, com base na média de suas classificações nas empresas de *rating* listadas acima.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. Os efeitos para 31 de março de 2018 estão demonstrados na nota explicativa nº 6 - Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Em milhares de Reais

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda ¹	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	23.080	0,01%	-
Nível 2	AA	257.856	0,02%	(53)
Nível 4	BBB	-	0,18%	-
Nível 5	BB	-	0,72%	-
Total		280.936		(53)

¹Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 13/04/17

5. Principais políticas contábeis—Continuação

c) Mudanças em políticas contábeis significativas--Continuação

(ii) Contas a Receber

Para os contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico no qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e a perda estimada para recebíveis, separados em 6 níveis, de acordo com a data de vencimento desses recebíveis. Em 31 de março de 2018, os efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 8 - Clientes.

Em milhares de reais

Nível de Risco	Rating ¹	Saldo		
		Bruto	Taxa de perda ¹	Provisão de Perda
Nível 1	A Vencer	101.664	0,5%	(453)
Nível 2	Vencido até 30 dias	20.057	1,0%	(91)
Nível 3	Vencido de 31-90 dias	282	5,0%	(14)
Nível 4	Vencido de 91-180 dias	116	25,0%	(29)
Nível 5	Vencido de 181-360 dias	129	50,0%	(65)
Nível 6	Vencido há mais de 360 dias	34	70,0%	(23)
Total		122.282		(676)

¹Rating e Taxa de Perda interna da Companhia

5. Principais políticas contábeis—Continuação

c) Mudanças em políticas contábeis significativas--Continuação

2) IFRS 15 - receita de contratos com clientes

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas, o CPC 17 / IAS 11 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Conseqüentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia fez análise dos efeitos que este pronunciamento pode trazer nas informações contábeis intermediárias a partir de 1º de janeiro de 2018, e concluiu que não houve mudanças significativas.

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	26	43	13.898	7.922
Aplicações financeiras				
CDBs	29.453	38.279	71.404	53.186
Operações compromissadas	160.413	5.699	178.469	21.925
	189.866	43.978	249.873	75.111
Provisão de perda estimada	(38)	-	(49)	-
	189.828	43.978	249,824	75.111
	189.854	44.021	263,722	83.033

6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários — Continuação

a) Caixa e equivalente de caixa--Continuação

As aplicações financeiras correspondem em parte às cotas de Fundos de Investimento, que têm em sua carteira ativos de liquidez imediata e baixo risco de mercado.

As aplicações são mantidas e gerenciadas por meio de Fundos de Investimento dos Bancos Bradesco, Santander e Citibank, que contemplam operações compromissadas em títulos privados (Debêntures ou Certificados de Depósito Bancário - “CDBs”) emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, a taxas de mercado e com rentabilidade vinculada ao DI CETIP (“CDI”).

b) Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Títulos públicos	9.745	13.241	17.165	19.294
Provisão de perda estimada	-	-	(4)	-
	9.745	13.241	17.161	19.294

Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos através do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.

7. Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Porto do Açú (a)	6.014	6.7
GSA	41	
Açú Petróleo (b)	23.	22.719
Prumo Logística (c)	20.910	20.645
Outros	5	-
	50.101	50.125
Circulante	21.019	20.69
Não circulante	29.082	29.42

(a) Os recursos de titularidade da Porto do Açú, depositados na conta do Banco Santander, consistem em obrigação de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação nº IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos sócio-ambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014;

(b) Os depósitos vinculados da Açú Petróleo se referem a recursos mantidos em dólar em contas no exterior, referentes à operação de financiamento descrita no item (vi) da Nota explicativa nº 21 - Empréstimos, Financiamentos e Debêntures. O montante em depósito referente a essa operação serve como garantia, de acordo com as condições do financiamento; e

(c) O depósito vinculado da Prumo se refere a CDB adquirido junto ao Banco Pine S.A. ("Banco Pine").

8. Clientes

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Cessão do direito real de superfície	77.142	79.299
Serviços portuários (a)	11.956	8.025
Serviço de transbordo de petróleo	21.892	18.116
Serviço de transporte (b)	5.570	5.092
Comissões sobre faturamento de terceiro	148	-
Reembolso de energia	64	18
Fornecimento de água	5.510	3.910
	122.282	114.460
Provisão de perda estimada	(676)	-
	121.606	114.460
Circulante	64.177	56.355
Não circulante	57.429	58.105

a) Serviços portuários compreendem armazenagem de cargas soltas, cargas de projetos, de granéis sólidos, pesagem e serviços de recepção; e

b) Serviços de transporte com atividades de descarga e transporte de carvão siderúrgico.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imposto sobre serviços ("ISS")	-	-	-	922
Imposto sobre circulação de mercadorias ("ICMS")	-	-	1.902	1.067
Imposto de renda e contribuição social "IRPJ/CSLL")	-	-	4.102	32.048
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	13.007	15.162	55.696	27.194
Imposto de renda retido sobre mútuo	63.273	63.421	65.111	65.647
Crédito não cumulativo ("PIS")	-	-	6.090	7.851
Crédito não cumulativo ("COFINS")	-	-	25.979	34.561
Outros	-	1	-	1
	76.280	78.584	158.880	169.291
Circulante	2.618	15.650	60.125	101.041
Não circulante	73.662	62.934	98.755	68.250

10. Impostos diferidos

A Companhia apurou o lucro tributável, até o ano-calendário de 2014, considerando os critérios da Lei nº 6.404/76 antes das alterações das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09. A confirmação da opção pelo regime do lucro real ocorreu desde o ano-calendário de 2008. A adoção pelo regime tributário de transição (RTT) foi obrigatória desde a vigência da Lei nº 11.941/09, ou seja, ano-calendário de 2010.

Com o advento da Lei nº 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatória, a partir do ano-calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário. Os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014 estão sendo amortizados pelo prazo de 10 anos, a partir do ano calendário de 2015.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

Para reconhecimento do ativo fiscal diferido, a Companhia adota como premissa a Instrução CVM 371/2002, que dentre as condições para a constituição do imposto condiciona a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto que as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

10. Impostos diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	27.882	23.288	367.711	329.678
Base negativa de contribuição social	10.038	8.384	132.376	118.684
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	-	-	59.112	61.080
Provisão para perda - LLX Brasil	-	-	16.812	16.812
Provisão para perda em investimentos	-	-	52.999	52.999
Provisão para perda estimada créditos	-	-	236	-
Provisão para perda de liquidação duvidosa	-	-	15.492	15.492
Provisão outras taxas	-	-	2.666	2.666
Itens não monetários - Açú Petróleo	-	-	40.492	41.679
Outros	-	-	2.369	1.711
Total de créditos fiscais diferidos ativos	37.920	31.672	690.265	640.801
Imposto diferido passivo				
Diferença temporária - juros capitalizados	-	-	(48.394)	(48.394)
Diferença temporária - Variação cambial	-	-	(31.823)	(32.610)
Total de impostos diferidos passivos	-	-	(80.217)	(81.004)
IR diferido não reconhecido - <i>valuation allowance</i> (b)	(37.920)	(31.672)	(369.134)	(318.703)
Total de impostos diferidos	-	-	240.914	241.094

(a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.

(b) Trata-se de IR diferido não reconhecido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, além da controladora, proveniente das controladas LLX Brasil, Gás Natural, Açú Petróleo Investimentos, G3X, GSA, Águas Industriais, SNF e Heliporto em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros.

Adicionalmente, partir de 1º de janeiro de 2017, a controlada Porto do Açú passou a constituir provisão para perda de créditos fiscais referente ao imposto diferido apurado a partir desta data. Esta provisão será revertida na medida em que a sua realização passar a ser provável.

11. Depósitos restituíveis

	31/12/2017	Adição	Baixas (recebimentos)	Atualização monetária	31/03/2018
Porto do Açu	19.865	-	(203)	146	19.808
	19.865	-	(203)	146	19.808

A partir de julho de 2011, a Porto do Açu passou a adquirir dos proprietários e/ou possuidores de imóveis desapropriados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (“CODIN”) os direitos sobre as áreas por eles ocupadas. O objetivo é auxiliar os ocupantes que concordam com os valores de avaliação da CODIN a receberem suas indenizações, tendo em vista a precariedade da documentação da maioria. Em razão do grande número de interessados que se apresentaram, as aquisições tiveram como consequência a aceleração na desocupação de áreas destinadas ao Distrito Industrial de São João da Barra em geral, inclusive aquelas que são objeto da Promessa de Compra e Venda da Companhia com a CODIN.

A Porto do Açu, no primeiro trimestre de 2018, recuperou o montante de R\$203 depositado em juízo em virtude do cumprimento dos requisitos legais em dois processos envolvendo terrenos adquiridos pela Companhia no âmbito do mencionado programa.

O recebimento pela Companhia das indenizações efetuadas pela CODIN nas ações de desapropriação somente ocorre quando da regularização do título de propriedade e da comprovação da quitação de dívidas fiscais com relação a cada imóvel, nos termos do art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

É importante ressaltar que são inúmeras as variáveis que influenciam na viabilidade de regularização dos referidos títulos de propriedade e da situação fiscal dos imóveis. Nesse sentido, tendo em vista o decurso do tempo entre as aquisições e o presente momento, observa-se um aumento na resistência dos vendedores ou seus sucessores em colaborar com o processo de regularização, inclusive com a recusa no fornecimento de documentos essenciais. Essa situação, somada à necessidade de judicialização de alguns casos, tornou indispensável a análise da recuperabilidade do saldo e consequente revisão da provisão de perda para que englobasse situações com processo de regularização mais complexo.

11. Depósitos restituíveis-- Continuação

Por sua vez, os casos de menor complexidade, cujos depósitos provavelmente serão restituídos, referem-se a imóveis que já foram devidamente regularizados, restando apenas aguardar a tramitação do respectivo processo de desapropriação junto ao judiciário para que seja possível a recuperação dos respectivos valores.

12. Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Porto do Açu (a)	24.235	24.046
Prumo	299	277
	24.534	24.323

- (a) Em 02 de dezembro de 2010, a Porto do Açu depositou em juízo o valor de R\$8.000, para a futura aquisição do imóvel denominado Fazenda Palacete, de propriedade da Cia. Açucareira Usina Barcelos ("CAUB"), pois esta estava com pedido de recuperação judicial pendente de apreciação. O juiz determinou nova avaliação do imóvel, e requereu novo depósito adicional de R\$1.172, integralmente efetuado em 18 de setembro de 2012. O alvará judicial autorizando a venda foi expedido em setembro de 2012. Em 31 de março de 2018, o valor corrigido totaliza R\$15.121 (R\$15.028 em 31 de dezembro de 2017) e acrescido de R\$32 referentes a outros processos.

Em 2013, a Porto do Açu ingressou com ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas, nos termos do "Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas," celebrado em 06 de outubro de 2010 ("Contrato"). Na referida ação, a Porto do Açu obteve a concessão de medida liminar autorizando o depósito judicial da remuneração estabelecida no Contrato. Neste contexto, os depósitos judiciais efetuados em nome da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, em 31 de dezembro de 2015, totalizaram R\$7.614. A ação judicial que discute o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas ainda está pendente de julgamento e os valores permanecem depositados em juízo. Em 31 de março de 2018, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza R\$9.082 (R\$8.986 em 31 de dezembro de 2017).

13. Debêntures

	Consolidado	
	2017	2016
Debêntures	659.393	659.393
Empréstimos DIP	10.961	10.961
	<u>670.354</u>	<u>670.354</u>
(-) Redução do valor recuperável de ativos (“impairment”)	(10.961)	-
Total	<u>659.393</u>	<u>670.354</u>

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A., (“OSX”), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açú subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$723.716, nas seguintes condições:

- Data de vencimento: 20 anos
- Amortização do Principal: em uma única parcela, na data do vencimento
- Cálculo dos juros remuneratórios: 100% do CDI
- Pagamento dos juros: a partir do 6º ano

Adicionalmente, nos termos do referido plano de recuperação judicial, a Porto do Açú concedeu para a OSX o valor de R\$10.961 na forma de empréstimo (“DIP”), em 29 de janeiro de 2016. Este valor também foi utilizado para subscrição e integralização de debêntures emitidas pela OSX.

O montante total de debêntures, conforme o plano de recuperação judicial é de R\$734.677, sendo composto por: (i) R\$646.886 relativos aos custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$34.580 referentes à cessão do direito real de superfície, cujo saldo até julho de 2014 foi provisionado para perda; e (v) R\$29.743, devidos a partir de agosto de 2014, não contabilizados por não atender os critérios de reconhecimento de receita, descritos no CPC 30 - Receita, no que tange à improbabilidade de benefícios econômicos associados a essa transação.

Caso, eventualmente, a OSX não honre o acordo, o montante de R\$646.886 de custos de construção do canal será agregado ao custo de construção do Terminal T2 e os R\$12.507 da linha de transmissão serão agregados a propriedades para investimento, e deverão ser futuramente recuperados por meio das respectivas operações. Conforme divulgado na nota explicativa 17 - Imobilizado, estes valores foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

13. Debêntures--Continuação

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total do crédito e de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, a Administração entende que não é adequado o reconhecimento contábil dos juros remuneratórios das debêntures, no montante aproximado de R\$273.038, até 31 de março de 2018, bem como constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP, conforme descrito na Nota explicativa nº 1 - Contexto operacional.

14. Créditos e obrigações com terceiros

(a) Créditos com terceiros

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Créditos com OSX	83.218	83.218
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.203)	(3.203)
Total OSX	80.015	80.015
Outros	879	757
	80.894	80.772
Circulante	863	757
Não circulante	80.031	80.015

Após o acordo judicial mencionado na nota anterior, a Porto do Açú ainda pagou diretamente aos fornecedores os custos relacionados à construção do canal do T2. Dessa forma, no caso da OSX não honrar essa dívida, o montante de R\$80.015 (R\$60.135, líquido de obrigações com terceiros com a OSX mencionadas abaixo e da provisão para perdas referente a despesas de compartilhamento de custos de sustentabilidade) será agregado ao custo de construção do T2 e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações portuárias. Conforme divulgado na nota explicativa 17 - Imobilizado, os créditos com a OSX foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

(b) Obrigações com terceiros

Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem obrigações com a OSX no montante de R\$19.880.

15. Investimentos

a) Participações societárias

31/03/2018												
Controladas diretas (incluindo controle em conjunto)	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Plano de opções de ações outorgadas	Resultado acumulado
Porto do Açú	98,82%	2.061.053	5.266.950	5.019.190	247.760	2.061.053	-	8.189	-	-	1.357	(1.822.839)
LLX Brasil	100,00%	104.780	757	1	756	104.780	-	-	-	-	-	(104.024)
Prumo Participações	100,00%	753.164	1.163.136	341.465	821.671	753.164	-	14.284	20.516	-	-	33.707
NFX	50,00%	155.930	186.162	87.498	98.664	155.930	-	-	-	-	-	(57.266)
Açú Petróleo	60,00%	267.042	1.460.462	270.233	1.190.229	349.262	-	929.451	766	(161.220)	-	71.970
Açú Petróleo Investimentos	100,00%	486	238.068	508.619	(270.551)	486	20	(126.546)	-	(32.244)	-	(112.267)
Gás Natural	70,00%	25.718	107.252	16.856	90.396	25.718	16.781	54.524	-	-	-	(6.627)
Prumo Serviços e Navegação	100,00%	46	3.943	6.869	(2.926)	46	1.864	-	-	-	-	(4.836)
Heliporto	100,00%	14	16	1	15	14	30	-	-	-	-	(29)
Rochas do Açú	99,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	1

31/12/2017													
Controladas diretas (incluindo controle em conjunto)	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Reserva de capital	Reserva de lucros	Instrumentos Financeiros Reflexa - Hedge Ferroport	Ajuste de avaliação patrimonial	Plano de opções de ações outorgadas	Resultado acumulado
Porto do Açú	100,00%	2.036.821	5.227.910	4.895.147	332.763	2.036.821	-	108	-	-	-	1.322	(1.705.488)
LLX Brasil	100,00%	104.780	761	-	761	104.779	-	-	-	-	-	-	(104.018)
Prumo Participações	100,00%	760.885	1.168.039	380.363	787.676	753.163	-	14.285	20.516	(288)	-	-	-
NFX	50,00%	155.930	187.730	81.423	106.307	155.930	-	-	-	-	-	-	(49.623)
Açú Petróleo	60,00%	267.042	1.456.708	267.760	1.188.948	349.262	-	929.451	766	-	(166.793)	-	76.262
Açú Petróleo Investimentos	100,00%	316	237.806	495.155	(257.349)	486	-	(126.546)	-	-	(33.359)	-	(97.930)
Gás Natural	100,00%	16.021	61.348	20.647	40.701	16.021	15.656	13.200	-	-	-	-	(4.176)
Prumo Serviços e Navegação	100,00%	46	1.257	4.644	(3.387)	46	-	-	-	-	-	-	(3.433)
Heliporto	100,00%	14	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	(14)

15. Investimentos--Continuação

b) Movimentações - Controladora

Controladas diretas	31/12/2017	Equivalência reflexa - plano de opções de ações outorgadas	Reserva reflexa - Instrumento financeiro hedge Ferroport	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Outros	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Provisão para perda em investimentos	31/03/2018
Porto do Açú	332.375	35	-	28.035	-	-	-	(115.970)	-	244.475
LLX Brasil	761	-	-	-	-	-	-	(5)	-	756
Prumo Participações (*)	648.245	-	288	-	-	836	-	33.707	-	683.076
NFX	53.154	-	-	-	-	-	-	(3.822)	-	49.332
Açú Petróleo	713.368	-	-	-	-	-	3.345	(2.575)	-	714.138
Açú Petróleo Investimentos	-	-	-	-	20	-	1.115	(14.337)	13.202	-
Gás Natural	40.701	-	-	28.201	1.125	-	-	(1.716)	-	68.311
Heliporto	-	-	-	-	30	-	-	(15)	-	15
Prumo Serviço de Navegação	-	-	-	-	1.864	-	-	(1.403)	(461)	-
Outras	174	-	-	-	-	(5)	-	5	-	174
	1.788.778	35	288	56.236	3.039	831	4.460	(106.131)	12.741	1.760.277

Controladas diretas	31/12/2016	Aumento de capital	Equivalência reflexa - plano de opções de ações outorgadas	Reserva reflexa - Instrumento financeiro hedge Ferroport	Reserva de capital	Dividendos	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Integralização (reversão) de AFAC	Outros	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Provisão para perda em investimentos	31/12/2017
Porto do Açú	1.133.557	222.813	137	-	-	-	57.343	(222.813)	10	-	(858.672)	-	332.375
LLX Brasil	718	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	-	761
Prumo Participações (*)	596.693	146.739	-	(1.260)	-	(167.158)	-	(25)	3.341	-	69.914	-	648.245
NFX	76.351	-	-	-	-	-	-	(11.000)	-	-	(12.197)	-	53.154
Açú Petróleo	720.928	-	-	-	-	-	-	-	-	10.175	(17.735)	-	713.368
Açú Petróleo Investimentos	-	485	-	-	-	-	-	(315)	-	3.391	(63.000)	59.439	-
Gás Natural	9.364	15.397	(16)	-	13.231	-	21.946	(15.397)	-	-	(3.824)	-	40.701
Heliporto	1	13	-	-	-	-	-	-	-	-	(14)	-	-
Prumo Serviço de Navegação	1	-	-	-	-	-	45	-	-	-	(3.429)	3.383	-
Outras	196	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	1	-	174
	2.537.809	385.447	121	(1.260)	13.231	(167.158)	79.334	(249.550)	3.329	13.566	(888.914)	62.822	1.788.778

(*) A diferença de R\$138.595 (R\$140.265 em 31 de dezembro de 2017) entre o investimento e o PL da investida se refere a reversão de lucros não realizados dos juros sobre mútuo com a empresa Ferroport.

15. Investimentos--Continuação

Em 31 de março de 2018, o saldo de R\$274.241 (R\$244.402 em 31 de dezembro de 2017) consolidado em investimentos é composto da seguinte maneira:

- 1) R\$49.332 (R\$53.154 em 31 de dezembro de 2017) se refere à participação da Prumo na empresa NFX;
- 2) R\$224.901 (R\$191.240 em 31 de dezembro de 2017) se refere à participação na Ferroport, sendo R\$363.885 referente ao investimento direto da Prumo Participações e R\$(138.596) referente ao lucro não realizado sobre os juros de mútuo dos períodos de 2013 e 2014, capitalizados pela Ferroport e não eliminado pela Companhia no período; e R\$(388) se refere ao aluguel da Ferroport com a Reserva não eliminado na Porto Açú; e
- 3) R\$8 refere-se a outros investimentos.

c) Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas

A Prumo é interveniente garantidora dos seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açú:

- Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco S.A. (“Bradesco”) e Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), no montante de R\$3.062.917 em 31 de março de 2018 (R\$2.980.427 em 31 de dezembro de 2017); e
- Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R\$1.492.003 em 31 de março de 2018 (R\$1.452.656 em 31 de dezembro de 2017), sendo todo o crédito suportado pela fiança da Prumo, além do pacote de garantias elencado na Nota explicativa nº 21 - Empréstimos, financiamentos e debêntures.

16. Propriedades para investimento

	Consolidado			31/03/2018
	31/12/2017	Adições	Transferências	
Porto do Açu	467.016	1.058	-	468.074
GSA	31.611	21	-	31.632
Reserva Ambiental Caruara	5.250	-	(5)	5.245
SNF	42.375	65	-	42.440
	546.252	1.144	(5)	547.391

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos têm seu valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem na retroárea do Complexo Industrial do Porto do Açu. As adições demonstradas no quadro se referem principalmente a benfeitorias realizadas nestes terrenos, destinados a cessão de uso, e a outros gastos para a desapropriação e a aquisição das terras.

A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos para recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar, mediante novos plantios, as áreas de vegetação suprimidas nos seus processos de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças sócio-ambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - Propriedades para investimento, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de março de 2018 a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$1.233.303 correspondente a 1,4MM m² da área total (R\$1.079.227 em 31 de dezembro de 2017). Para aqueles ainda não arrendados a Companhia calculou o valor justo em R\$1.853.761.

17. Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Prumo	2.359	2.443	2.359	2.443
Porto do Açú	-	-	2.911.179	2.923.249
Reserva Ambiental Caruara	-	-	9.242	9.242
Pedreira Sapucaia	-	-	462	462
Açú Petróleo	-	-	1.275.118	1.281.092
Gás Natural	-	-	38.548	37.628
Águas Industriais	-	-	1.295	1.286
GNA I	-	-	68.407	12.060
GNA II	-	-	767	-
Prumo Navegação	-	-	786	370
	2.359	2.443	4.308.163	4.267.832

Os principais termos dos acordos referentes ao Terminal T1 são os seguintes:

Alocação de ativos

A Ferroport, a Açú Petróleo, a Porto do Açú e a Anglo American assinaram em setembro de 2015 um contrato de alocação de ativos, que define os critérios de transferência entre as partes de ativos divisíveis do T1, bem como os percentuais sobre os ativos indivisíveis, com base nos valores aportados pelas partes.

Em setembro de 2015, foi assinado aditivo ao contrato, pelo qual foi transferida a parte da Porto do Açú à Açú Petróleo, que passou a arcar com as parcelas que cabiam originalmente à Porto do Açú na divisão de custos da construção do Terminal.

17. Imobilizado--Continuação

Composição dos saldos

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/03/2018	Líquido 31/12/2017
Edificações	4	86.858	(7.262)	79.596	74.629
Pier de apoio - T2	1,66	266.030	(14.051)	251.979	253.174
Canal - T2	6,66	674.789	(143.797)	530.992	543.084
Defensas - T2	10	16.365	(5.813)	10.552	10.988
Pier <i>T-Mult</i>	1,66	263.745	(11.400)	252.345	217.242
Defensas <i>T-Mult</i>	10	192	(55)	137	142
Quebra Mar - T2	1,66	1.390.255	(62.267)	1.327.988	1.334.266
Vias de acesso	6,39	47.591	(8.217)	39.374	40.274
Quebra mar T1	1,66	413.381	(10.918)	402.463	346.846
Pier T1	1,66	243.328	(6.625)	236.703	204.238
Canal T1	6,66	385.027	(4.271)	380.756	4.861
Pier Molhe Sul - T2	1,66	34.251	(391)	33.860	34.010
Benfeitorias	4	2.743	(278)	2.465	2.014
Instalações	10	125.314	(24.230)	101.084	103.122
Móveis e utensílios	10	4.341	(2.175)	2.166	2.261
Equipamentos de informática	20	15.968	(7.729)	8.239	8.747
Máquinas e equipamentos	10	311.073	(52.401)	258.672	262.553
Veículos	19	686	(666)	20	21
Terrenos		154.673	-	154.673	154.307
		4.436.610	(362.546)	4.074.064	3.596.779
Adiantamentos para formação de imobilizado		48.018	-	48.018	28.488
Obras em andamento e equipamentos em construção		186.081	-	186.081	642.565
		234.099	-	234.099	671.053
Total		4.670.709	(362.546)	4.308.163	4.267.832

17. Imobilizado--Continuação

Composição dos saldos---Continuação

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2017	Líquido 31/12//2016
Edificações	4	81.052	(6.423)	74.629	65.683
Pier de apoio - T2	1,66	266.030	(12.856)	253.174	216.737
Canal - T2	6,66	674.789	(131.705)	543.084	604.043
Defensas - T2	10	16.365	(5.377)	10.988	13.324
Pier <i>T-Mult</i>	1,66	227.612	(10.370)	217.242	235.077
Defensas <i>T-Mult</i>	10	192	(50)	142	170
Quebra-Mar - T2	1,66	1.390.255	(55.989)	1.334.266	1.296.198
Vias de acesso	6,39	47.591	(7.317)	40.274	45.650
Quebra Mar - T1	1,66	356.196	(9.350)	346.846	349.377
Pier - T1	1,66	209.909	(5.671)	204.238	212.440
Canal - T1	6,66	6.064	(1.203)	4.861	21.726
Pier Molhe Sul - T2	1,66	34.251	(241)	34.010	-
Benfeitorias	4	2.275	(261)	2.014	1.511
Instalações	10	125.301	(22.179)	103.122	110.121
Móveis e utensílios	10	4.334	(2.073)	2.261	2.306
Equipamentos de informática	20	15.818	(7.071)	8.747	8.649
Máquinas e equipamentos	10	305.515	(42.962)	262.553	205.284
Veículos	19	686	(665)	21	35
Terrenos		154.307	-	154.307	92.923
		3.918.542	(321.763)	3.596.779	3.481.254
Adiantamentos para formação de imobilizado		28.488	-	28.488	143.996
Obras em andamento e equipamentos em construção		642.565	-	642.565	430.274
		671.053	-	671.053	574.270
Total		4.589.595	(321.763)	4.267.832	4.055.524

17. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo

	Consolidado					31/03/2018
	31/12/2017	Movimentação			31/03/2018	
	Custo	Adições	Efeito de conversão (**)	Baixas	Transferências (*)	
Edificações	81.052	-	-	-	5.806	86.858
Pier de apoio - T2	266.030	-	-	-	-	266.030
Canal - T2	674.789	-	-	-	-	674.789
Defensas - T2	16.365	-	-	-	-	16.365
Pier <i>T-Mult</i>	227.612	-	-	-	36.133	263.745
Defensas Pier <i>T-Mult</i>	192	-	-	-	-	192
Quebra Mar T2	1.390.255	-	-	-	-	1.390.255
Vias de acesso	47.591	-	-	-	-	47.591
Quebra-mar T1	356.196	-	57.185	-	-	413.381
Pier T1	209.909	-	35.027	-	(1.608)	243.328
Canal T1 (***)	6.064	-	(86.050)	-	465.013	385.027
Pier Molhe Sul - T2	34.251	-	-	-	-	34.251
Benfeitorias	2.275	467	1	-	-	2.743
Instalações	125.301	10	3	-	-	125.314
Móveis e utensílios	4.334	5	2	-	-	4.341
Equipamentos de informática	15.818	135	15	-	-	15.968
Máquinas e equipamentos	305.515	1.926	986	(118)	2.764	311.073
Veículos	686	-	-	-	-	686
Terrenos	154.307	-	366	-	-	154.673
	3.918.542	2.543	7.535	(118)	508.108	4.436.610
Adiantamentos para formação de imobilizado	28.488	17.007	5.248	-	(2.725)	48.018
Obras em andamento e equipamentos em construção	642.565	56.964	(6.457)	-	(506.991)	186.081
	671.053	73.971	(1.209)	-	(509.716)	234.099
Total	4.589.595	76.514	6.326	(118)	(1.608)	4.670.709

(*) O valor de R\$(1.608) refere-se a transferência de crédito de Pis/Cofins.

(**) Refere-se ao efeito de conversão na subsidiária Açú Petróleo, com moeda funcional diferente da moeda de apresentação.

(***) O montante de 465.013, refere-se a transferência de obras em andamento para imobilizado em curso, da dragagem da Açú Petróleo para 25 metros, concluída no trimestre, conforme mencionado na nota explicativa no. 1.

17. Imobilizado—Continuação

Movimentação do custo---Continuação

Consolidado						
31/12/2016	Movimentação				31/12/2017	
Custo	Adições	Efeito de conversão (**)	Baixas	Transferências (*)	Provisão para Impairment (***)	Custo
Edificações	68.935	933	-	11.184	-	81.052
Pier de apoio - T2	225.262	215	-	53.909	(13.356)	266.030
Canal - T2	688.162	2.179	-	13.096	(28.648)	674.789
Defensas - T2	16.958	-	-	(13)	(580)	16.365
Pier <i>T-Mult</i>	241.235	2.005	-	(4.168)	(11.460)	227.612
Defensas Pier <i>T-Mult</i>	199	-	-	-	(7)	192
Quebra-Mar - T2	1.328.073	11.247	-	121.320	(70.385)	1.390.255
Vias de acesso	49.337	392	-	(14)	(2.124)	47.591
Quebra-Mar - T1	351.289	-	4.907	-	-	356.196
Pier - T1	213.545	-	2.797	(6.433)	-	209.909
Canal - T1	22.284	12	84	(16.316)	-	6.064
Pier Molhe Sul - T2	-	-	-	36.045	(1.794)	34.251
Benfeitorias	1.704	548	10	13	-	2.275
Instalações	123.269	33	8	1.991	-	125.301
Móveis e utensílios	3.963	355	16	-	-	4.334
Equipamentos de informática	13.207	2.359	55	(46)	243	15.818
Máquinas e equipamentos	214.096	31.092	3.848	-	56.479	305.515
Veículos	686	-	-	-	-	686
Terrenos	92.923	-	1.133	(603)	60.854	154.307
3.655.127	51.370	12.858	(16.965)	344.506	(128.354)	3.918.542
Adiantamentos para formação de imobilizado	143.996	27.427	(2.638)	(2.521)	(137.776)	28.488
Obras em andamento e equipamentos em construção	430.274	410.478	17.270	-	(215.457)	642.565
574.270	437.905	14.632	(2.521)	(353.233)	-	671.053
Total	4.229.397	489.275	27.490	(19.486)	(8.727)	4.589.595

(*) O valor de R\$(8.727) refere-se a: R\$(8.240) transferência de crédito de Pis/Cofins; e R\$(587) transferência de valores para propriedade para investimento e R\$100 transferência de intangível incorporado ao *hardware* registrado em equipamentos de informática;

(**) Refere-se ao efeito de conversão na subsidiária Açú Petróleo, com moeda funcional diferente da moeda de apresentação;e

(***) Descrito nesta nota no item teste de valor recuperável de ativos não circulantes.

17. Imobilizado—Continuação

Movimentação da depreciação

Consolidado				
	Depreciação 31/12/2017	Adições	Efeito de conversão (**)	Depreciação 31/03/2018
Edificações	(6.423)	(839)	-	(7.262)
Pier de apoio - T2	(12.856)	(1.195)	-	(14.051)
Canal - T2	(131.705)	(12.092)	-	(143.797)
Defensas - T2	(5.377)	(436)	-	(5.813)
Pier <i>T-Mult</i>	(10.370)	(1.030)	-	(11.400)
Defensas Pier <i>T-Mult</i>	(50)	(5)	-	(55)
Quebra Mar T2	(55.989)	(6.278)	-	(62.267)
Vias de Acesso	(7.317)	(900)	-	(8.217)
Quebra-mar T1	(9.350)	(1.738)	170	(10.918)
Pier T1	(5.671)	(1.058)	104	(6.625)
Canal T1	(1.203)	(2.666)	(402)	(4.271)
Pier Molhe Sul - T2	(241)	(150)	-	(391)
Benfeitorias	(261)	(17)	-	(278)
Instalações	(22.179)	(2.051)	-	(24.230)
Móveis e utensílios	(2.073)	(102)	-	(2.175)
Equipamentos de informática	(7.071)	(650)	(8)	(7.729)
Máquinas e equipamentos	(42.962)	(6.430)	(3.009)	(52.401)
Veículos	(665)	(1)	-	(666)
Total	(321.763)	(37.638)	(3.145)	(362.546)

(**) Refere-se ao efeito de conversão na subsidiária Açú Petróleo, com moeda funcional diferente da moeda de apresentação.

17. Imobilizado—Continuação

Movimentação da depreciação--Continuação

	Consolidado				
	Depreciação 31/12/2016	Adições	Efeito de conversão (**)	Baixa	Depreciação 31/12/2017
Edificações	(3.252)	(3.171)	-	-	(6.423)
Pier de apoio - T2	(8.525)	(4.331)	-	-	(12.856)
Canal - T2	(84.119)	(47.586)	-	-	(131.705)
Defensas - T2	(3.634)	(1.743)	-	-	(5.377)
Pier <i>T-Mult</i>	(6.158)	(4.212)	-	-	(10.370)
Defensas Pier <i>T-Mult</i>	(29)	(21)	-	-	(50)
Quebra-Mar - T2	(31.875)	(24.114)	-	-	(55.989)
Vias de Acesso	(3.687)	(3.630)	-	-	(7.317)
Quebra-Mar T1	(1.912)	(6.890)	(548)	-	(9.350)
Pier - T1	(1.105)	(4.230)	(336)	-	(5.671)
Canal - T1	(558)	(636)	(9)	-	(1.203)
Pier Molhe Sul - T2	-	(241)	-	-	(241)
Benfeitorias	(192)	(69)	-	-	(261)
Instalações	(13.148)	(9.029)	(2)	-	(22.179)
Móveis e utensílios	(1.657)	(414)	(2)	-	(2.073)
Equipamentos de informática	(4.558)	(2.496)	(41)	24	(7.071)
Máquinas e equipamentos	(8.812)	(24.059)	(10.091)	-	(42.962)
Veículos	(652)	(13)	-	-	(665)
Total	(173.873)	(136.885)	(11.029)	24	(321.763)

(**) Refere-se ao efeito de conversão na subsidiária Açú Petróleo, com moeda funcional diferente da moeda de apresentação.

- Obras em andamento

A composição de obras em andamento por empresa em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é apresentada a seguir:

Na Porto do Açú, o saldo incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção, composto por obras de infraestrutura geral no valor de R\$85.017 (R\$113.384 em 31 de dezembro de 2017).

Na Açú Petróleo, o saldo incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos; se refere as obras do canal T1 no valor de R\$17.016 (R\$486.414 em 31 de dezembro de 2017).

Na Gás Natural, o saldo referente a gastos com projetos para terminal GNL é de R\$38.521 (R\$37.600 em 31 de dezembro de 2017).

17. Imobilizado--Continuação

Na GNA I, o saldo referente a gastos com a obras das térmicas é de R\$43.514 (R\$3.922 em 31 de dezembro de 2017).

Na GNA II, o saldo referente a gastos com as obras das térmicas é de R\$768.

Na Águas Industriais, o saldo referente a gastos com projetos para o sistema de águas do porto é de R\$1.245 (R\$1.245 em 31 de dezembro de 2017).

- Instalações portuárias

As principais instalações do píer de apoio *offshore* T2, do canal T2 e do pier *T-Mult*, bem como a estrutura do quebra-mar T2, se encontram operacionais e sendo depreciadas.

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“*impairment*”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Prumo revisa trimestralmente indicadores de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

Durante a revisão efetuada para o período findo em 31 de março de 2018, não foram identificados indicadores de *impairment* para as UGC's da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, na revisão dos testes de recuperabilidade dessas UGC's, a Companhia verificou a necessidade de provisão para perda no valor de R\$122.284 na Controladora e R\$128.354 no Consolidado.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Companhia está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados.

A Companhia segrega suas atividades em três frentes de atuação, *T-Gás*, *T-Oil* e *Industrial Hub/T-Mult*. A UGC *T-Gás* refere-se a compra, venda e regaseificação de gás natural liquefeito, geração, transmissão e comercialização de energia, a cargo das subsidiárias da controlada GNA; a UGC *T-Oil* refere-se a transbordo de petróleo cru realizado no terminal T1, operado pela controlada Açú Petróleo; e a UGC *Industrial Hub/T-Mult* refere-se às atividades de arrendamento de retroárea e de movimentação e armazenagem de *containers*, veículos, granéis sólidos e cargas soltas, operadas pela controlada Porto do Açú.

18. Intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Direito de acesso (a)	3,54	-	-	44.259	44.470
Direito de uso de linha de transmissão		-	-	10.200	10.200
Licença de uso de software	20	6.818	6.970	10.038	10.066
Implantação de sistemas		436	484	904	963
Outros		302	302	419	398
		7.556	7.756	65.820	66.097

- (a) Em janeiro de 2008 a Porto do Açu e a Ferroport assinaram um contrato denominado *Port Access Agreement*, aditado em abril de 2013. O contrato tem como objeto principal a concessão, pela Ferroport, do direito de acesso às instalações portuárias do T1 à Porto do Açu, seus representantes e clientes, desde que respeitadas determinadas condições, em razão da preferência de utilização destas pelo projeto desenvolvido pela Ferroport. A Porto do Açu poderá movimentar, nas instalações portuárias, cargas que estejam previstas em sua autorização obtida perante a ANTAQ, excluído o minério de ferro. A prioridade do acesso e uso das instalações portuárias pela Ferroport abrange o recebimento, armazenagem, movimentação e carregamento de minério de ferro proveniente de mina que seja de propriedade da Anglo American e suas afiliadas ou que seja por elas, direta ou indiretamente, operadas. Em contraprestação ao direito de acesso e utilização das instalações portuárias, como canal de acesso e quebra-mar, a Porto do Açu deverá pagar à Ferroport uma tarifa mensal. A amortização desse intangível teve início em outubro de 2014 com a operação do terminal T1.

Em 17 de setembro de 2015, o contrato foi aditado passando o direito de acesso da Porto do Açu à Açu Petróleo.

- Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* mencionados nas Nota explicativa nº 17 - Imobilizado.

19. Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Novo Mercado. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e controladas em conjunto, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

19. Partes relacionadas—Continuação

	Contas a receber			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Cessão do direito real de superfície				
NFX	-	-	968	968
Nota de débito				
Açu Petróleo	2.000	1.851	-	-
Gás Natural	1.609	1.523	-	-
GNA II	767	-	-	-
Dome	545	353	581	705
Porto do Açu	296	235	-	-
Águas Industriais do Açu	72	57	-	-
Contas a receber - mútuos				
Porto do Açu	509.580	509.580	-	-
Ferroport	-	-	765.434	799.888
NFX	24.210	23.551	24.210	23.551
Total	539.079	537.150	791.193	825.112
Circulante	29.499	27.570	87.285	86.003
Não circulante	509.580	509.580	703.908	739.109

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Contas a pagar - notas de débito				
Ferroport (a)	-	5	1.213	410
EIG Global Energy Partners	552	108	552	108
Oiltanking (b)	-	-	7.476	7.088
NFX	-	-	-	7
Contas a pagar - mútuo				
EIG Global Energy Partners (c)	166.714	-	166.714	-
	167.266	113	175.955	7.613

(a) O montante de R\$410 (R\$18.496 em 2016) é referente a reembolso de despesa com SSO.

(b) O montante de R\$7.088 (R\$3.760 em 2016) é referente a gastos portuários.

(c) Condições do mútuo descrito na nota explicativa nº 1 - Contexto operacional

19. Partes relacionadas—Continuação

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

	Receitas - Efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	Períodos de três meses		Períodos de três meses	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas - cessão do direito real de superfície				
NFX	-	-	2.905	2.810
Ferroport	-	-	102	214
	-	-	3.007	3.024
Receitas financeiras - juros sobre mútuos				
NFX	782	-	782	-
Ferroport	-	-	16.114	30.750
	782	-	16.896	30.750
Realização de lucros não realizados				
Ferroport	835	835	835	835
	1.617	835	20.738	34.609

	Custo / Despesas - Efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	Períodos de três meses		Períodos de três meses	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Despesas financeiras empréstimos				
EIG Global Energy Partners				
Juros	(554)	-	(554)	-
Variação cambial sobre mútuo	(1.130)	-	(1.130)	-
Descontos sobre valor de face	(3.301)	-	(3.301)	-
Corretagem	(3.301)	-	(3.301)	-
Reembolso de despesa (a)	(736)	-	(736)	-
	(9.022)	-	(9.022)	-
LakeShore Advisory				
Corretagem	(305)	(263)	(305)	(263)
	(305)	(263)	(305)	(263)
Custos - Serviços Portuários				
Oiltanking	-	-	(3.811)	(3.175)
	(9.327)	(263)	(13.138)	(3.438)

(a) Referente as despesa com transporte aéreo.

19. Partes relacionadas—Continuação

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	Períodos de três meses	
	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Diretores		
Salários	700	225
Pró-labore	2.594	2.263
Bônus	615	400
Benefícios e Encargos	1.129	828
Ajuda de custo	105	-
Opções de ações outorgadas no plano da Companhia	432	167
	5.575	3.883
Comitê de Auditoria		
Honorários	17	17
Encargos	3	3
	20	20
Conselho de Administração		
Honorários	262	201
Bônus	-	-
Benefícios e Encargos	58	46
	320	247
Comitê de Ética e Compliance		
Honorários	50	50
Encargos	10	10
	60	60
Comitê de Estratégia		
Honorários	50	33
Encargos	10	7
	60	40
Comitê de Sustentabilidade		
Honorários	17	17
Encargos	3	3
	20	20
Conselho fiscal		
Honorários	77	-
Encargos	15	-
	92	-
	6.147	4.270

20. Planos de opção de compra de ações

A Companhia contabiliza em suas demonstrações financeiras o valor justo das opções de compra de ações concedidas a seus executivos, gerentes e colaboradores considerados importantes para os empreendimentos da empresa.

O valor justo das opções de ações, bem como os direitos sobre a valorização de ações, são mensurados utilizando-se a fórmula *Black-Scholes* e contabilizados na empresa que se beneficia do valor agregado pelas atividades desses beneficiários.

Variações de mensuração incluem o preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

Em caso de alienação do controle da Companhia por seu atual acionista controlador, as opções outorgadas de acordo com o Plano deverão ser respeitadas. Neste caso, no entanto, o Conselho de Administração da Companhia poderá também decidir ou tomar medidas para antecipar a outorga de opções ou o direito dos beneficiários de exercer as opções já outorgadas. Se o número, espécie ou classe de ações de emissão da Companhia, em vigor na data em que o Plano for aprovado, sofrerem desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão de ações em outros valores mobiliários de emissão da Companhia, o Conselho de Administração deverá ajustar o correspondente número, espécie e classe de ações estabelecidas nos Contratos de Opção, bem como o respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano. O Plano permanecerá válido por prazo indeterminado, mas poderá ser extinto, revogado ou revisado pela Assembleia Geral de acionistas a qualquer tempo.

20. Planos de opção de compra de ações--Continuação

Em 31 de março de 2018, o valor registrado no resultado do período foi de R\$521 (R\$1.392 em 31 de dezembro de 2017).

	Plano 3	Plano 3d	Plano 5	Plano 5 b
Quantidade de opções exercíveis em 31 de março de 2018	26.000	40.000	666.667	1.333.333
Valor de mercado em 31 de março de 2018 (R\$/ação)	11,40	11,40	11,40	11,40
Volatilidade esperada	77,95%	77,95%	77,95%	77,95%
Taxa livre de risco	2,58%	2,54%	8,64%	8,64%

Plano	Data da outorga	Preço da ação na data da outorga (R\$/ação)	Permanência (anos)	Preço de exercício na data do balanço (R\$/ação)	Valor justo médio das opções (R\$/opção)	Quantidade de opções outorgadas	Quantidade de opções exercidas/expiradas /canceladas	Quantidade de opções não exercidas	Efeito no resultado apropriado em 31/03/2018 (R\$'000)
3	09/02/2011	39,90	7	25,65	0,46	1.114.000	1.081.500	32.500	34
3d	01/08/2011	42,00	7	26,93	0,87	50.000	-	50.000	55
5	12/11/2014	5,60	7	12,00	6,28	1.666.667	1.000.000	666.667	78
5b	03/07/2017	10,25	7	16,61	5,32	1.333.333	-	1.333.333	354
Total						4.164.000	2.081.500	2.082.500	521

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					31/12/2017
	31/03/2018					
	Vencimento	Taxas em %	Principal	Juros e atualização	Total	
Instituições						
BNDES (Repassadores) (i)	15/09/2033	Selic + 4,96% a.a.	949.611	5.489	955.100	929.160
BNDES (Repassadores) (ii)	15/09/2033	TJLP + 4,70% a.a.	2.113.306	26.420	2.139.726	2.083.493
(-) Custo de transação (i) a (ii)	-	IPCA + 6,97% a.a.	(245.929)	-	(245.929)	(249.931)
Debêntures (iii)	15/09/2033		1.492.003	3.996	1.495.999	1.456.157
(-) Custo de transação (iii)			(6.769)	-	(6.769)	(6.707)
Brookfield Asset Management (iv)	30/09/2022	Dólar + 8,50% a.a.	355.235	-	355.235	388.872
(-) Custo de transação (iv)			(47.295)	-	(47.295)	(49.874)
Terex (v)	23/08/2020	Euro + 4,10% a.a.	5.710	27	5.737	6.757
OPIC (vi)	30/10/2035	Dólar + 6,17% a.a.	267.040	6.865	273.905	267.361
(-) Custo de transação (vi)			(36.025)	-	(36.025)	(36.204)
			4.846.887	42.797	4.889.684	4.789.085
Circulante			65.289	6.865	72.154	34.917
Não circulante			4.781.598	35.932	4.817.530	4.754.168

(i) e (ii) Em 29 de julho de 2015, o BNDES aprovou em decisão de Diretoria os termos e condições para o longo prazo no modelo "Project Finance", na modalidade de repasse, no valor de R\$2,8 bilhões. Desse montante, R\$2,3 bilhões foram repassados pelos bancos Bradesco e Santander ("Bancos Repassadores") e utilizados para a amortização de empréstimos-ponte concedidos anteriormente pelo BNDES.

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Em 10 de agosto de 2015, a Porto do Açu assinou acordo com os Bancos Repassadores, para a formalização da operação acima descrita (“Contrato de Repasse”). Na mesma data, a Companhia assinou acordo com o BNDES que contempla a possibilidade de financiamento direto (“Contrato Direto”), em substituição a linha de repasse, no percentual de até 50% com o limite de R\$2,1 bilhões, somados juros e principal. A eficácia do Contrato de Repasse, assim como do Contrato Direto, está sujeita ao cumprimento de condições precedentes previstas nos referidos instrumentos.

Em 15 de outubro de 2015, a Porto do Açu cumpriu todas as condições precedentes previstas para o alongamento de sua dívida previstas, tornando efetivo naquela data o Contrato de Repasse - Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 4.003.155/3, que tem como partes a Porto do Açu, o Bradesco e o Santander e a interveniência da EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC e EIG LLX Holdings S.À.R.L. O novo prazo total do financiamento foi alongado para 18 anos, sendo 4 anos de carência e 14 anos de amortização.

O montante do repasse foi rateado na proporção de 55,7% para o Bradesco e 44,3% para o Santander.

- (iii) Em 13 de agosto de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Porto do Açu o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples (“Escritura de Debêntures”), não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Espécie com Garantia Real, com intermediação da Caixa Econômica Federal. A controladora Prumo foi incluída no instrumento de emissão como interveniente garantidor.

Os recursos captados se destinaram ao desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário T2, bem como de sua retroárea, mediante o cumprimento de prazos e condições contratuais. O montante total da operação é de R\$750 milhões, com prazo total original de 15 anos e 3 anos de carência. As debêntures foram integralmente subscritas.

Em 28 de setembro de 2012, depois de cumpridas certas condições contratuais, foi liberado o montante de R\$289.500 milhões com estrita observância do cronograma físico e financeiro do empreendimento. Em 05 de junho de 2013 foi liberado o saldo da operação, no valor de R\$478.561 milhões, em conformidade com o contrato.

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Em 28 de agosto de 2015, a Porto do Açú assinou aditivo à Escritura de Debêntures Simples, em condições similares às estabelecidas nos contratos de repasse firmados para o alongamento da dívida de curto prazo que prevêem a extensão do prazo de carência por mais 4 anos, com 14 anos de amortização, totalizando o prazo de 18 anos de vencimento. A partir de 15 de setembro de 2015, data em que iniciaria a amortização dos títulos, passaram a vigorar as condições definidas no aditivo mencionado.

- (i) ,(ii) e (iii) Em 30 de junho de 2017, foi efetuado ajuste no cálculo dos juros, tanto da Porto do Açú como do Agente fiduciário das debêntures e BNDES, no valor de R\$19.355, sendo que R\$16.544 foi capitalizado por ser em juros capitalizados até o ano de 2015, período em que a Porto do Açú tinha obras em andamento e R\$2.811 para o resultado, ocasionados pela diferença na metodologia utilizadas pelos agentes. As partes chegaram ao consenso e as planilhas foram corrigidas.
- (iv) Em 1º de setembro de 2015, a Prumo Participações, subsidiária integral da Companhia, concluiu a emissão e colocação de títulos de dívida no exterior em um valor total de US\$50 milhões (“*Primeira Tranche*”), que foi integralmente subscrita e integralizada pelo controlador EIG.

A emissão reflete as condições de mercado da época, com juros remuneratórios no percentual de 8,5% ao ano, pagos sempre nos meses de março, junho, setembro e dezembro, sendo o primeiro pagamento no dia 30 de setembro de 2015 e o último no vencimento da dívida.

Em 07 de outubro de 2015, a Prumo Participações concluiu nova emissão e colocação de títulos de dívida no exterior em um valor total de US\$30 milhões (“*Segunda Tranche*”), sendo o primeiro pagamento de juros remuneratórios no dia 31 de dezembro de 2015.

Em 13 de outubro de 2015, a Brookfield Asset Management (“*Brookfield*”) adquiriu de um veículo de investimento da EIG Global Energy Partners os títulos de dívida emitidos pela Prumo Participações referentes à *Primeira Tranche* e à *Segunda Tranche*.

Em 14 de outubro de 2015, a Prumo Participações concluiu a emissão e colocação de dívida no exterior no valor total de US\$120 milhões (“*Terceira Tranche*”) integralmente subscrita e integralizada por uma afiliada da Brookfield Asset Management (“*Brookfield*”).

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

A Brookfield totalizou seu investimento no montante de US\$200 milhões na Prumo Participações. O saldo devedor atual é de US\$126,7 milhões.

Os Títulos de Dívida vencerão em 30 de setembro de 2022, com taxa de juros de 8,50% a.a. e um cronograma de amortização com parcelas trimestrais de juros e principal.

Em 2016 a Prumo Participações antecipou a amortização de US\$35,05 milhões deste financiamento, através do mecanismo “*cash sweep*” previsto em contrato. Esse mesmo mecanismo foi utilizado em 30 de setembro de 2017 para a amortização antecipada de US\$8,87 milhões deste financiamento. Essas antecipações foram viabilizadas devido ao recebimento do mútuo da Ferroport em montantes acima das obrigações do endividamento.

- (v) Em 27 de junho de 2015, a Porto do Açú contratou com o próprio fornecedor de equipamentos, Terex MHPS GmbH, e com garantia da *Export Credit Agency* (“Eca”), Euler Hermes (Alemanha), um financiamento de Euro 3,3 milhões para a aquisição de um guindaste para Terminal Multicargas (“*T-Mult*”), através da emissão de nota promissória, com vencimento estabelecido para 2020 e previsão de amortização semestral de juros e principal.

(*) Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.

- (vi) Em 31 de maio de 2017, a Açú Petróleo obteve financiamento no valor de US\$80 milhões junto à Overseas Private Investment Corporation (“OPIC”), agência financeira norte americana de desenvolvimento. Esta é a primeira parte da liberação de uma linha de crédito no valor total de até US\$350 milhões, conforme descrito na Nota explicativa nº 1 - Contexto operacional.

O financiamento vencerá em 30 de outubro de 2035, com taxa de juros de 6,17% a.a. em dólar e um cronograma de amortização do principal e de pagamento de juros em parcelas semestrais, sendo previsto o desembolso da primeira parcela de juros em 30 de outubro de 2017 e a primeira amortização de principal em 30 de abril de 2018 no montante de US\$1,98 milhões.

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Cronograma de amortização da dívida

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	61.558	68.140
2019	181.805	178.498
2020	389.603	380.531
2021	421.006	411.839
de 2022 até 2035	4.128.933	4.054.245
	<u>5.182.905</u>	<u>5.093.253</u>

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander (“Repassadores”), são as seguintes: (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara; (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo; (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açú; (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos; (v) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças; (vi) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis; (vii) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas; (viii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios; (ix) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio); (x) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara); (xi) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC; e (xii) *Commitment for Additional Funding* (Compromisso para Financiamento Adicional).

Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da Prumo. O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açú, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador e principal pagador de todas as obrigações contraídas pelo Porto do Açú, conforme os termos da escritura de emissão, enquanto vigorar este instrumento.

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nas escrituras de financiamento.

Com relação às garantias dadas à Terex MHPS GmbH pelo financiamento do guindaste, a operação é assegurada pela Euler Hermes, uma Agência de Crédito a Exportação alemã voltada para crédito de exportação. Além disso, o contrato de compra e venda do equipamento prevê que a transferência da propriedade à Porto do Açú somente será efetuada após integral pagamento do equipamento.

As garantias prestadas pela Prumo Participações em favor da Brookfield, com relação aos títulos de dívida são: (i) Alienação Fiduciária das Ações da Ferroport pertencentes à Prumo Participações; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da Prumo Participações pertencentes à Companhia; (iii) Alienação Fiduciária das contas garantias e (iv) Alienação Fiduciária dos recebíveis do mútuo da Ferroport.

As garantias prestadas em favor da OPIC, com relação ao empréstimo são: (i) Alienação Fiduciária das Ações da Açú Petróleo; (ii) Alienação Fiduciária dos Ativos pertencentes à Açú Petróleo; (iii) Alienação Fiduciária das contas reservas e (iv) Alienação Fiduciária dos contratos de “*Offtake*” relevantes da Açú Petróleo.

Cláusulas restritivas (*Covenants*)

a) BNDES

O contrato de debêntures e os empréstimos com o BNDES estão sujeitos às seguintes cláusulas de *covenants* financeiros a partir do exercício de 2019:

(i) Dívida Líquida/EBITDA

Dívida líquida / EBITDA	
2020	< 5,0 x
2021	< 4,0 x
2022	< 3,0 x
A partir de 2023	< 2,0 x

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Dívida líquida é definida como sendo o somatório da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira a dívida onerosa da Porto do Açú que venha a ser criada, deduzindo-se o caixa e equivalente de caixa e títulos e os valores mobiliários, constantes das informações trimestrais consolidadas da Porto do Açú. EBITDA é definido como lucro antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, depreciação e amortização.

(ii) EBITDA/Despesa financeira

EBITDA / Despesa financeira líquida	
Entre 2019 e 2020	> 1,5 x
Entre 2021 e 2022	> 3,0 x
A partir de 2023	> 3,5 x

(iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (a) entre 2020 e 2021 superior a 1,2x; e (b) a partir de 2022, superior a 1,3x (“ICSD Mínimo”), conforme fórmula a seguir:

ICSD Mínimo = Caixa Disponível para o Serviço da Dívida (EBITDA-Capital de Giro-Tributos-Capex de manutenção) / Serviço das Dívidas (Amortização+Pagamento de Juros de quaisquer dívidas da Emissora).

A partir de 2020, manter índice “Patrimônio Líquido sobre Ativo Total” superior a 0,15, comprovado mediante a apresentação de informações trimestrais auditadas e parecer expresso de empresa independente registrada na CVM, no exercício de 12 (doze) meses anteriores à apuração acima referida.

(iv) Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Os contratos possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é tomada também no caso de haver alteração do controle acionário, direto ou indireto, no tomador no projeto, até a quitação de todas as obrigações do respectivo empréstimo e debêntures, sem prévia e expressa anuência, e também caso ocorra cessão, transferência ou alteração do controle do Porto do Açú ou do Interveniente Garantidor pessoa jurídica, sem prévio consentimento dos credores, exceto se, após tais eventos, o controlador permanecer direta ou indiretamente na situação de Emissor e Interveniente Garantidor do Porto do Açú.

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

A escritura de debêntures autoriza, tão somente, a transferência de ações do Interviente Garantidor a qualquer terceiro em percentual não superior a 5% (cinco por cento) do capital social total da Prumo.

(v) Obrigações adicionais do Interviente Garantidor e do Emissor

Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuo dentro do limite de R\$4.000.000 (quatro milhões de reais) anuais. O Interviente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios.

b) OPIC

O financiamento da OPIC está sujeito a cláusula de *covenants* financeiros a partir de 31 de dezembro de 2018:

- Relação da dívida financeira/patrimônio líquido não superior a 70/30.
- DSCR* histórico não inferior a 1.15 para 1.

* *Debit Service Cover Ratio* - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

21 - Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

Transações que não envolvem Caixa ou Equivalente de Caixa

	Fluxo de Caixa				Controladora Transferências		Efeito não Caixa		31/03/2018
	31/12/2017	Captação / Liquidação	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros Capitalizados	Outros	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização Custo de Transação	
Partes relacionadas - Mútuo a receber	533.131	-	-	-	-	(123)	782	-	533.790
Partes relacionadas - Mútuo a pagar	-	165.030	-	-	-	-	1.684	-	166.714
	533.131	165.030	-	-	-	(123)	2.466	-	700.504

	Fluxo de Caixa				Consolidado Transferências		Efeito não Caixa		31/03/2018
	31/12/2017	Captação / Liquidação	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros Capitalizados	Outros	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização Custo de Transação	
Partes relacionadas - Mútuo a receber	824.143	(50.564)	-	-	-	(1.087)	17.731	-	790.223
Partes relacionadas - Mútuo a pagar	-	165.030	-	-	-	-	1.684	-	166.714
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	4.789.085	(36.615)	(8.441)	(263)	-	-	138.957	6.961	4.889.684
	5.613.228	77.851	(8.441)	(263)	-	(1.087)	158.372	6.961	5.846.621

22. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
ISS	21	5	962	1.037
PIS/COFINS	64	1.887	374	2.226
ICMS	-	-	1.605	308
IRPJ/CSLL	-	-	1.913	3.671
IRRF	70	558	623	7.350
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	79	87	289	586
Parcelamento - PERT	6.619	6.619	7.574	7.574
INSS de terceiros	4	-	301	436
	6.857	9.156	13.641	23.188

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(128.330)	(108.601)	(129.190)	(106.726)
Lucro das empresas cujos créditos fiscais não são reconhecidos	-	-	916	56.994
Prejuízo líquido ajustado	(128.330)	(108.601)	(128.274)	(49.732)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	43.632	36.924	43.613	16.909
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Opção compra de ações - ajuste Lei nº 11.638/07	(165)	(45)	(177)	(57)
Equivalência patrimonial	(36.085)	(32.093)	9.764	(26.595)
Provisão para PLR	(423)	(544)	(1.039)	(829)
Provisão para contingência	(44)	(516)	(88)	(484)
Provisão para perda estimada de crédito	(13)	-	(239)	-
Variação cambial	-	-	(2.187)	10.732
Amortização despesas diferidas	-	-	949	949
Outras adições permanentes	(654)	(1.418)	(1.290)	(1.834)
Créditos fiscais não reconhecidos	(6.248)	(2.308)	(51.535)	40
Total do imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)	-	-	(23)	(57)
Total do imposto de renda e contribuição social do período	-	-	(2.252)	(1.226)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	1,76%	2,47%
Corrente	-	-	(1.907)	(16.853)
Diferido	-	-	(345)	15.627
Total do imposto de renda e contribuição social do período	-	-	(2.252)	(1.226)

22. Impostos e contribuições a recolher--Continuação

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº 12.973 foi revogado o regime tributário de transição ("RTT"), tornando obrigatória, a partir do ano calendário de 2015, a adoção de novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014 ser amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para 31 de março de 2018, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

23. Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Reserva Ambiental Caruara	203	305
Porto do Açú (*)	26.236	26.824
	26.439	27.129
Circulante	2.555	2.657
Não circulante	23.884	24.472

(*) Referentes a valores adiantados pelo cliente Edison Chouest.

24. Provisão para contingências

a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

Em 31 de março de 2018, a Companhia e suas controladas são alvo de alguns processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos, conforme tabela a seguir:

	Controladora			
	31/12/2017	Adições	Atualizações	31/03/2018
Trabalhistas	2.515	15	114	2.644
	2.515	15	114	2.644
	Consolidado			
	31/12/2017	Adições	Atualizações	31/03/2018
Trabalhistas	2.837	132	125	3.094
Meio Ambiente	168	-	-	168
	3.005	132	125	3.262

Obs.: Foram reavaliados as documentações dos processos e os riscos, considerando que a tese defendida tem fundamento na legislação, a argumentação da defesa foi sólida, e há bons precedentes, sendo reclassificados como contingência provável.

24. Provisão para contingências--Continuação

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

As empresas controladas pela Prumo possuem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fiscais	10.421	6.817
Trabalhistas	22.321	21.341
Cíveis	107.877	104.121
	<u>140.619</u>	<u>132.279</u>

Em 31 de março de 2018, os principais processos de perdas possíveis para as empresas controladas pela Prumo são os que se seguem.

Processos fiscais: os processos mais significativos estão relacionados aos questionamentos de autoridades tributárias brasileiras sobre a exigibilidade do IOF sobre operação de mútuo, que soma aproximadamente R\$1.379. Há ainda processos nos quais questiona-se a cobrança de adicional de imposto territorial rural ("ITR") na área da Fazenda Caruara, que totalizam cerca de R\$2.894, IRPJ e CSLL utilizadas na exclusão de base cálculo de R\$853, despacho decisório quanto a não homologação da DCOMP no valor de R\$2.237 e processo referente ISSQN de R\$3.058.

Processos trabalhistas: as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, reclamações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, verbas rescisórias, horas "intinere" e pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas.

Processos cíveis: no montante de aproximadamente R\$107.877, os processos cíveis relevantes são os que tratam de demandas judiciais referentes a ações de indenizações e de cobranças no contexto de contratos celebrados pela Companhia com empresas construtoras, prestadoras de serviços etc.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

Acionistas	31/03/2018		31/12/2017	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações (a)	344.652	91,66	305.317	81,20
9 West (Mubadala)	25.963	6,90	25.963	6,90
Itaú Unibanco S.A.	-	-	17.845	4,75
Outros	5.402	1,44	26.892	7,15
	376.017	100,00	376.017	100,00

b) Reserva de capital

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 - contexto operacional, com os aportes da Siemens e BP, a Prumo teve um ganho líquido de variação percentual na GNA de R\$28.201, sendo, um ganho de variação percentual de R\$41.325 pelo aporte da Siemens e uma perda de variação percentual de R\$13.124 pelo aporte da BP.

Com o aporte de capital efetuado na Porto do Açú, mencionado na nota explicativa nº 1 - Contexto operacional, a Prumo teve um ganho de variação percentual de R\$28.035.

c) Dividendos

Todas as ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Outros resultados abrangentes

Em 31 de março de 2018, foram reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem os efeitos acumulados de conversão decorrentes de investimento na controlada Açú Petróleo, cuja moeda funcional é o dólar, tendo registrado um ganho de R\$4.747.

26. Prejuízo por ação

A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído em conjunto, já que não há potenciais ações dilutivas que possam impactar o cálculo do prejuízo por ação diluído.

Os prejuízos básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício.

	Controladora Consolidado			
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Básico				
Numerador básico:				
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(128.330)	(108.601)	(128.247)	(111.794)
Denominador básico:				
Média ponderada de ações (*)	376.017	376.017	376.017	376.017
Prejuízo por ação (em R\$) - básico e diluído	(0,34129)	(0,28882)	(0,34107)	(0,29731)

(*) As opções de ações não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido anti-dilutivo. Desta forma, em 31 de março de 2018, não há diferença entre o prejuízo por ação básico e o diluído.

27. Receita líquida de serviços

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Cessão do direito real de superfície	32.279	31.763
Serviço de transbordo de petróleo	31.167	26.133
Serviços portuários	17.693	8.801
Serviço de transportes	7.851	-
Fornecimento de água	1.637	931
Comissões sobre faturamento de terceiro	148	-
Pátio de triagem	500	-
Receita bruta	91.275	67.628
Impostos sobre receita (Pis/Cofins/ISS/ICMS)	(13.879)	(8.887)
Receita líquida	77.396	58.741

28. Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	Períodos de três meses	
	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Salários e encargos	(4.583)	(4.077)
Serviços de terceiros	(10.992)	(3.603)
Aluguéis e arrendamentos	(1.343)	(378)
Depreciação e amortização	(40.102)	(31.814)
Seguros diversos	(1.931)	(441)
Serviços portuários	(4.784)	(3.101)
Combustíveis e lubrificantes	(880)	-
Outros	(1.562)	(953)
	(66.177)	(44.367)

29. Despesas gerais e administrativas

A seguir são apresentadas as despesas administrativas por natureza.

	Controladora Consolidado			
	Períodos de três meses		Períodos de três meses	
	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Salários e encargos	(9.871)	(12.535)	(22.144)	(17.077)
Honorários da Administração (<i>stock options</i>)	(486)	(133)	(521)	(167)
Serviços de terceiros	(2.587)	(3.756)	(6.025)	(4.614)
Viagens e estadias	(463)	(415)	(910)	(498)
Aluguéis e arrendamentos	(1.654)	(1.326)	(1.761)	(1.529)
Impostos e taxas	(84)	(87)	(189)	(388)
Depreciação e amortização	(312)	(440)	(812)	(1.168)
Seguros diversos	-	(167)	(246)	(167)
Provisão de contingências	(128)	(1.517)	(256)	(1.422)
Despesas diversas	(399)	(587)	(1.431)	(1.607)
	(15.984)	(20.963)	(34.295)	(28.637)

30. Outras receitas e despesas

	Controladora Consolidado			
	Períodos de três meses		Períodos de três meses	
	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Reversão de provisão	60	-	277	-
Perda de recebíveis	-	-	(157)	-
Outros	-	-	-	(7)
	60	-	120	(7)

31. Resultado financeiro

	Controladora Consolidado			
	Períodos de três meses		Períodos de três meses	
	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(1)	(1)	(182)	(116)
IOF	(3)	(1)	(647)	(277)
Corretagem e comissões	(3.640)	(429)	(10.836)	(7.299)
Juros sobre mútuos	(554)	-	(554)	-
Juros sobre empréstimos	-	-	(98.810)	(138.009)
Desconto de face	(3.301)	-	(3.301)	-
Variação cambial e monetária	(1.161)	-	(57.493)	-
IR sobre remessa ao exterior	(1.202)	-	(1.324)	-
Multas	(31)	(13)	(108)	(124)
Outros	-	(28)	-	(27)
	(9.893)	(472)	(173.255)	(145.852)
Receitas financeiras				
Juros sobre mútuos	1.617	835	17.731	31.585
Juros sobre aplicações financeiras	1.003	4.506	1.988	5.833
Juros ativos	1.036	1.856	1.940	4.912
Variação cambial	-	6	17.329	16.942
Outros	-	22	45	28
	3.656	7.225	39.033	59.300
Resultado financeiro líquido	(6.237)	6.753	(134.222)	(86.552)

32. Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A Prumo utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a diretoria da Prumo analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis.

- **Segmento Administração de Retroárea (*Industrial Hub & T-Mult*)**

Refere-se à atividade de cessão do direito real de superfície relativo à retroárea do Complexo Industrial do porto do Açú para diversos empreendimentos industriais, tais como usinas termelétricas, cimenteiras, estaleiros, indústrias automobilísticas, além de uma unidade de tratamento de petróleo (“UTP”) e principalmente para empresas ligadas ao setor petrolífero. O porto do Açú compreende 13.000 hectares, dos quais 441 hectares de áreas já locadas. Inclui-se ainda, no segmento de Administração de Retroárea, o canal do T2, em cujas margens estão se instalando empresas do segmento de Óleo e Gás.

A operação no *T-Mult*, localizado no T2 e incluído neste segmento, refere-se à prestação de serviços de operação portuária de embarque e desembarque, estocagem e transporte rodoviário de produtos, tais como carvão mineral, minérios e coque de petróleo e outros, bem como à atracação de plataformas de petróleo.

- **Segmento *T-Oil***

Refere-se à prestação de serviços de logística de transporte de carga líquida, operação e exploração do terminal T-Oil, e transbordo de cargas líquidas, não se limitando a petróleo bruto e seus derivados, prevendo-se a futura inclusão da operação e exploração de pátio logístico e unidade de tratamento de petróleo para fins de estocagem, tratamento, beneficiamento, mistura e processamento de petróleo. É operado pela Açú Petróleo.

32. Informações por segmento---Continuação

- **Segmento T-Gás**

Refere-se ao projeto de compra e venda de gás natural liquefeito (GNL) ou de gás oriundo da produção *offshore* e de regaseificação de gás natural liquefeito, geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, bem como de intermediação na compra e venda de energia e de capacidade elétrica. É coordenado pela Gás Natural.

- **Segmento Portuário**

Refere-se às demais empresas controladas pela Prumo, inclusive as que não são operacionais e as empresas-veículo detentoras de participações em outras empresas do Grupo, quais sejam, Pedreira Sapucaia, G3X, Águas Industriais, LLX Brasil, Açú Petróleo Investimentos, Prumo Participações, Heliporto e Prumo Navegação.

32. Informações por segmento---Continuação

Demonstração do resultado por segmento em 31 de março de 2018

	<i>Industrial Hub & T-Mult</i>	<i>T-Oil</i>	<i>T-Gás</i>	<i>Portuário</i>	<i>Corporativo</i>	<i>Ajustes e eliminações</i>	<i>Consolidado</i>
Receita de aluguel e serviços portuários	76.273	27.661	-	1.626	-	(28.164)	77.396
Custo dos serviços prestados	(69.666)	(23.413)	-	(1.262)	-	28.164	(66.177)
Resultado bruto	6.607	(4.248)	-	364	-	-	11.219
Receitas (despesas) operacionais	(11.631)	(4.445)	(2.308)	(557)	(15.962)	-	(34.903)
Administrativas e gerais	(12.547)	(4.445)	(2.308)	(528)	(15.984)	1.517	(34.295)
Provisão para perda	856	-	-	(29)	(38)	(1.517)	(728)
Outras receitas	217	-	-	-	60	-	277
Outras despesas	(157)	-	-	-	-	-	(157)
Resultado de equivalência patrimonial (*)	1.008	-	(729)	31.582	(106.131)	102.986	28.716
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(4.016)	(197)	(3.037)	31.389	(122.093)	102.986	5.032
Resultado financeiro	(113.116)	(2.952)	(363)	(11.554)	(6.237)	-	(134.222)
Receitas financeiras	13.666	1.213	46	33.917	3.656	(13.465)	39.033
Despesas financeiras	(126.782)	(4.165)	(409)	(45.471)	(9.893)	13.465	(173.255)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(117.132)	(3.149)	(3.400)	19.835	(128.330)	102.986	(129.190)
IR e CSLL corrente	(40)	-	-	(1.867)	-	-	(1.907)
IR e CSLL diferido	-	(1.142)	-	797	-	-	(345)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(117.172)	(4.291)	(3.400)	18.765	(128.330)	102.986	(131.442)

(*) Basicamente Ferropport e NFX

32. Informações por segmento---Continuação

Demonstração do resultado por segmento em 31 de março de 2017

	<i>Industrial Hub & T-Mult</i>	<i>T-Oil</i>	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e serviços portuários	58.510	18.408	931	-	(19.108)	58.741
Custo dos serviços prestados	(50.434)	(12.950)	(91)	-	19.108	(44.367)
Lucro (prejuízo) líquido bruto	8.076	5.458	840	-	-	14.374
Receitas (despesas) operacionais	(16.485)	(1.510)	(647)	(20.963)	-	(39.605)
Administrativas e gerais	(7.037)	(1.510)	(644)	(20.963)	1.517	(28.637)
Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")	(9.448)	-	(3)	-	(1.510)	(10.961)
Outras despesas	-	-	-	-	(7)	(7)
Resultado de equivalência patrimonial	1.165	-	17.971	(94.391)	80.312	5.057
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(7.244)	3.948	18.164	(115.354)	80.312	(20.174)
Resultado financeiro	(112.702)	7.060	12.337	6.753	-	(86.552)
Receitas financeiras	17.598	7.061	42.565	7.225	(15.149)	59.300
Despesas financeiras	(130.300)	(1)	(30.228)	(472)	15.149	(145.852)
Resultado antes dos impostos	(119.946)	11.008	30.501	(108.601)	80.312	(106.726)
IR e CSLL corrente	(101)	(2.545)	(14.207)	-	-	(16.853)
IR e CSLL diferido	-	10.749	4.878	-	-	15.627
Lucro (prejuízo) líquido do período	(120.047)	19.212	21.172	(108.601)	80.312	(107.952)

32. Informações por segmento---Continuação

Ativos e passivos por segmento em 31 de março de 2018

	<i>Industrial Hub & T-Mult</i>	<i>T-Oil</i>	<i>T-Gás</i>	<i>Portuário</i>	<i>Corporativo</i>	<i>Ajustes e eliminações</i>	<i>Consolidado</i>
Ativo							
Ativo circulante	164.124	64.890	16.868	80.578	253.810	(39.273)	540.997
Ativo realizável à longo prazo	1.627.129	75.187	6	726.407	583.541	(1.066.593)	1.945.677
Investimentos	104.723	-	139.495	604.235	1.760.277	(2.334.489)	274.241
Propriedades para investimentos	547.391	-	-	-	-	-	547.391
Imobilizado	2.436.977	1.275.118	107.722	486.822	2.359	(835)	4.308.163
Intangível	2.643	45.266	10.215	140	7.556	-	65.820
Total do ativo	4.882.987	1.460.461	274.306	1.898.182	2.607.543	(3.441.190)	7.682.289
Passivo							
Passivo circulante	101.602	52.238	17.646	34.146	203.293	(39.273)	369.652
Passivo não circulante	4.918.035	217.994	-	824.783	276.116	(1.340.065)	4.896.863
Patrimônio líquido	(136.650)	1.190.229	256.660	1.039.253	2.128.134	(2.061.852)	2.415.774
Total passivo e patrimônio líquido	4.882.987	1.460.461	274.306	1.898.182	2.607.543	(3.441.190)	7.682.289

32. Informações por segmento---Continuação

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2017

	<i>Industrial Hub & T-Mult</i>	<i>T-Oil</i>	<i>T-Gás</i>	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo							
Ativo circulante	128.423	54.374	1.461	99.901	122.228	(33.652)	372.735
Ativo realizável à longo prazo	1.614.954	75.752	-	741.822	572.791	(1.053.128)	1.952.191
Investimentos	102.497	-	25.793	571.251	1.788.778	(2.243.916)	244.402
Propriedades para investimentos	546.252	-	-	-	-	-	546.252
Imobilizado	2.449.049	1.281.092	49.688	486.395	2.443	(835)	4.267.832
Intangível	2.637	45.489	10.200	15	7.756	-	66.097
Diferido	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	4.843.812	1.456.707	87.142	1.899.384	2.493.996	(3.331.531)	7.449.509
Passivo							
Passivo circulante	76.551	52.225	20.647	28.268	35.788	(29.103)	184.375
Passivo não circulante	4.819.258	215.534	-	854.989	263.248	(1.318.410)	4.834.619
Patrimônio líquido	(51.997)	1.188.948	66.495	1.016.127	2.194.960	(1.984.018)	2.430.515
Total passivo e patrimônio líquido	4.843.812	1.456.707	87.142	1.899.384	2.493.996	(3.331.531)	7.449.509

33. Compromissos assumidos

Em 31 de março de 2018, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto apresentam compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$2.951.135 (R\$2.907.498 em 31 de dezembro de 2017), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras do Porto do Açú.

	Consolidado	
	31/032018	31/12/2017
GNA I	2.374.466	2.330.111
Porto do Açú	321.804	295.962
Prumo	110.926	108.216
Açú Petróleo	75.975	69.796
Gás Natural	62.192	98.468
Gás Infra	1.218	1.216
GNA II	500	500
Águas Industriais	1.874	1.404
Prumo Participações	1.339	1.352
Reserva Ambiental Caruara	195	196
Outros	646	277
	2.951.135	2.907.498

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos---

Continuação

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação de nível hierárquico:

	Controladora					
	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado
Ativos						
Caixa e bancos	26	-	-	43	-	-
Aplicações financeiras	189.828	-	-	43.978	-	-
Títulos e valores mobiliários	9.745	-	-	13.241	-	-
Depósitos bancários vinculados	20.910	-	-	20.645	-	-
Adiantamentos diversos	277	-	-	216	-	-
Mútuo com partes relacionadas	533.790	-	-	533.131	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	5.289	-	-	4.019	-	-
Outras contas a receber	808	-	-	806	-	-
	760.673	-	-	616.079	-	-
Passivos						
Fornecedores	2.177	-	-	2.586	-	-
Mútuo com partes relacionadas	166.714	-	-	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	552	-	-	113	-	-
	169.443	-	-	2.699	-	-

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos---

Continuação

Consolidado

	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado
Ativos						
Caixa e bancos	13.898	-	-	7.922	-	-
Aplicações financeiras	249.824	-	-	75.111	-	-
Títulos e valores mobiliários	17.161	-	-	19.294	-	-
Clientes	121.606	-	-	114.460	-	-
Depósitos bancários vinculados	50.101	-	-	50.125	-	-
Depósitos restituíveis	19.808	-	-	19.865	-	-
Adiantamentos diversos	783	-	-	759	-	-
Mútuo com partes relacionadas	790.223	-	-	824.143	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	970	-	-	969	-	-
Debêntures	659.393	-	-	659.393	-	-
Créditos com terceiros	80.894	-	-	80.772	-	-
Outras contas a receber	5.317	-	-	3.880	-	-
	2.009.978	-	-	1.856.693	-	-
Passivos						
Fornecedores	55.055	-	-	72.990	-	-
Mútuo com partes relacionadas	166.714	-	-	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	9.241	-	-	7.613	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.889.684	-	-	4.789.085	-	-
Adiantamentos a clientes	26.439	-	-	27.129	-	-
Obrigações com terceiros	19.880	-	-	20.400	-	-
	5.167.013	-	-	4.917.217	-	-

	31/03/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.889.684	-	-	4.789.085	-	-
	4.889.684	-	-	4.789.085	-	-

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

(a) Valor justo das aplicações financeiras.

As aplicações financeiras em fundos de investimento e CDBs estão sendo apresentadas pelo valor justo por meio do resultado.

(b) Valor contábil dos empréstimos, financiamentos e debêntures.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado.

Os valores justos abaixo demonstrados apenas para referência foram marcados a mercado, considerando o impacto dos indexadores CDI, TJLP e IPCA.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--- Continuação

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, através da abordagem de receita apenas para referência, são de R\$5.166.651 em 31 de março de 2018 (R\$ R\$5.052.314 em 31 de dezembro de 2017). Uma parte significativa desse valor consiste em empréstimos com BNDES, FI-FGTS, OPIC e fornecedores estrangeiros, e por serem um mercado exclusivo consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia não efetuou reclassificação de seus instrumentos financeiros entre as categorias de instrumentos financeiros previstas no CPC 48.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. Os resultados obtidos com estas operações no período e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. Com exceção da Ferroport, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não detinham contratos de instrumentos derivativos, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

- **Riscos de Mercado**

- (i) Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais.

A moeda funcional da controlada Açú Petróleo é o Dólar norte-americano e os valores no balanço consolidado, para fins de apresentação, são expostos na moeda de transação em Real, sendo convertidos à taxa do dólar de fechamento de 3,3238 em 31 de março de 2018. O risco de exposição líquida foi de US\$10.672. Uma valorização de 5% na taxa de câmbio real representaria um ganho de US\$533.

O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas do Grupo Prumo, de forma a minimizar, ou mesmo evitar, o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível a utilização da estratégia do *hedge* natural.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

(ii) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da Nota explicativa nº 21 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligada ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de março de 2018, 87,9% do endividamento da Companhia estava associado aos índices de moedas locais, sendo 28,6% corrigidos pelo IPCA, 41,0% pela TJLP e 18,3% pela Selic.

No que se refere às receitas em Reais, as receitas de aluguel da Porto do Açú são corrigidas pelo IGP-M. Os recursos financeiros estão aplicados em um fundo exclusivo da Prumo, no Banco Bradesco S.A., sob política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, indexados com base no CDI e com previsão de liquidez diária.

Em relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TJLP e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo das empresas controladas pela Prumo e, portanto optou por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhões de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros						
Descrição	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
BNDES (Selic e TJLP)	7.349.843	7.460.218	8.982.246	9.152.533	10.671.529	10.919.447
Debêntures (IPCA)	3.263.864	3.131.076	4.085.283	3.918.924	4.906.703	4.706.772
Total	10.613.707	10.591.294	13.067.529	13.071.457	15.578.232	15.626.219

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

(iii) Risco de *cashflow* relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda, a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigidas pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2027, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe uma certa neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, reduzindo o risco em questão.

• **Risco de Crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizados no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

- **Risco Cambial**

Em 31 de março de 2018, 12,1% do endividamento total estava denominado em moeda estrangeira, sendo 12,0% em Dólares norte-americanos e 0,1% em Euros.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas do Grupo Prumo, de forma a minimizar, ou mesmo evitar, o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Nesse sentido, o endividamento em moeda estrangeira refere-se aos títulos de dívida emitidos em dólares norte-americanos pela Prumo Participações. O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida vem mensalmente da sua controlada em conjunto Ferroport, cuja receita está atrelada ao dólar norte-americano, sendo ainda a tarifa de movimentação de minério de ferro em vigor corrigida anualmente pelo índice de inflação americano PPI. No caso exclusivo da Ferroport, sua estrutura de custos é denominada em Reais e sua receita mensal é indexada ao Dólar, estando portanto os resultados operacionais da *joint-venture* expostos ao risco de variação cambial pelo descasamento de moedas entre receitas e custos. A apreciação do Real frente ao Dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa livre da Ferroport. Com relação ao endividamento da Prumo Participações, entendemos que o fato de tanto o serviço da dívida quanto a receita da Ferroport estarem atrelados à mesma moeda resulta em um *hedge* natural para essa exposição.

Sobre a Ferroport, há uma política de gestão de risco cambial em vigor, formulada pela Prumo em conjunto com a Anglo American. A Ferroport está envolvida em transações envolvendo instrumentos financeiros gerenciados através de estratégias operacionais e controle interno destinadas a liquidez, rentabilidade e proteção. As políticas de controle consistem em monitoramento permanente das taxas contratadas em relação às taxas de mercado vigentes. A estratégia de *hedge* é proteger a flutuação do Dólar para garantir a receita do fluxo de caixa. A Ferroport não faz investimentos especulativos em ativos de derivativos ou outros riscos.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

- **Risco Cambial--** Continuação

Na Açú Petróleo, o endividamento em moeda estrangeira se refere ao empréstimo em Dólares norte-americanos com a OPIC. O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida está relacionado às operações da própria Açú Petróleo, cuja receita está atrelada ao Dólar norte-americano, sendo ainda a tarifa de movimentação de petróleo em vigor corrigida anualmente com base no índice de inflação americano PPI. No caso da Açú Petróleo, sua estrutura de custos é denominada em Reais e sua receita mensal apesar de recebida em Reais é indexada ao Dólar, estando os resultados operacionais da empresa suscetíveis ao risco de variação cambial dentro do mesmo mês. A apreciação do real frente ao Dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa livre da Açú Petróleo. Com relação ao endividamento, entendemos que o fato do serviço da dívida e a receita da Açú Petróleo estarem atrelados à mesma moeda resulta em um *hedge* natural para essa exposição.

A tabela abaixo resume o valor atual da dívida em milhões de Reais, por credor, com cenário de sensibilidade nas taxas de câmbio (USD e EUR), assumindo oscilações de 10% e 20% para o lado positivo.

31/03/2018	Real	US\$ & EUR +10%	US\$ & EUR +20%
	Instituições		
Brookfield (vii)	355.235	390.759	426.282
Terex (viii)	5.734	6.307	6.880
OPIC (ix)	272.740	300.014	327.288
Total	633.709	697.080	760.450
31/12/2017	Real	US\$ & EUR +10%	US\$ & EUR +20%
	Instituições		
Brookfield (vii)	388.872	427.760	466.647
Terex (viii)	6.658	7.432	8.108
OPIC (ix)	264.640	294.098	320.834
Total	660.170	729.290	795.589

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

- **Risco de Liquidez**

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar passivos e posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de março de 2018. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	31/03/2018
Passivos financeiros						
Fornecedores	55.055	-	-	-	-	55.055
Contas a pagar com partes relacionadas	-	175.955	-	-	-	175.955
Empréstimos, financiamentos e debêntures	64.988	50.871	594.663	2.577.097	8.772.705	12.060.324
Obrigações com terceiros	-	-	-	19.880	-	19.880
Adiantamentos de clientes	1.379	1.176	2.352	7.056	14.476	26.439
Total por faixa de prazo	121.422	228.002	597.015	2.604.033	8.787.181	12.337.653

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2017. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	31/12/2017
Passivos financeiros						
Fornecedores	72.990	-	-	-	-	72.990
Contas a pagar com partes relacionadas	-	7.613	-	-	-	7.613
Empréstimos, financiamentos e debêntures	45.891	65.481	426.613	2.624.861	9.075.349	12.238.195
Obrigações com terceiros	-	520	19.880	-	-	20.400
Adiantamentos de clientes	-	2.657	24.472	-	-	27.129
Total por faixa de prazo	118.881	76.271	446.493	2.624.861	9.075.349	12.366.327

35. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros, não incluindo a Ferroport, são as seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Riscos operacionais		
Danos Materiais	3.415.515	3.400.425
Responsabilidade Civil e Danos Ambientais	904.607	890.134
Lucros Cessantes	1.684.152	1.676.481

36. Eventos subsequentes

- Suspensão da licença de operação da subsidiária Ferroport

Em 19 de abril de 2018, a Prumo informou que a subsidiária Ferroport havia recebido notificação da Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. ("AAMFB"), por meio da qual a AAMFB informa a ocorrência de dois vazamentos em seu mineroduto, ocorridos nos dias 12 e 29 de março de 2018, que resultaram na suspensão da respectiva licença de operação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA").

A AAMFB informou que a suspensão poderia durar aproximadamente 90 dias, para permitir uma inspeção completa e independente em toda a extensão do mineroduto. A notificação também apresenta a alegação de que o fechamento do mineroduto, sob as circunstâncias descritas, é um evento de força maior nos termos dos contratos celebrados entre a AAMFB e Ferroport. A Ferroport e a Prumo estão em processo de análise detalhada a respeito das circunstâncias que levaram aos eventos de vazamento e, ainda, se a Ferroport concorda que os eventos descritos constituem força maior. A AAMFB informou ainda que fornecerá à Ferroport maiores detalhes sobre as circunstâncias relacionadas aos vazamentos e sobre suas obrigações de mitigar as consequências dos eventos em suas operações.

Posteriormente, a Anglo American anunciou uma redução de 30% na produção do sistema Minas-Rio, prevendo a movimentação de 3 milhões de toneladas neste ano. A redução seria devida à combinação da progressão planejada na produção de minério com a suspensão da operação, a partir de 12 de março, após os dois vazamentos ocorridos no mineroduto que transporta o minério de ferro da mina até a planta de filtragem, no porto do Açú.

A operação da mina e do mineroduto permanecem suspensas e nenhuma produção adicional é prevista para este ano, já que estão sendo realizadas inspeção, correção e reinicialização das atividades.

- Financiamento do Banco Mundial

Em 02 de abril de 2018, a Prumo informou que a subsidiária Gás Natural está em entendimentos com o International Finance Corporation ("IFC"), instituição para financiamentos privados do Banco Mundial, acerca de potencial financiamento para desenvolvimento da primeira termelétrica a ser implementada no Porto do Açú.

36. Eventos subsequentes—Continuação

- Oferta Pública

Em 04 de abril de 2018, a Prumo esclareceu que, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis e com a Seção 6.11 do Edital da OPA, qualquer acionista que desejasse vender suas ações para a EIG LLX Holdings S.A.R.L. ("EIG LLX"), sociedade com sede na 42-44 Avenue de la Gare, L-1610, Luxemburgo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.828.466/0001-73 ("Ofertante") poderia apresentar um pedido às agências especializadas do Banco Itaú S.A. ("Itaú"), instituição depositária de ações escriturais das Ações Objeto da OPA, para tal efeito, pelo período até a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("AGOE"), ou seja, até 30 de abril de 2018, tendo em vista que a AGOE deliberaria o resgate das Ações em Circulação (conforme definido no Edital) nos termos do art. 4º, §5º da Lei das S.A. Em 07 de fevereiro de 2018, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") havia concedido o registro da oferta pública de aquisição de ações unificada, para cancelamento de registro e saída da B3.

Na AGOE realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o resgate e conseqüentemente o cancelamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, que remanesceram em circulação após a oferta pública, aquisição de ações lançadas por EIG LLX, publicada em 07 de fevereiro de 2018, cujo leilão ocorreu em 09 de março de 2018, as quais correspondem, nesta data, a 5.228.226 ações, representativas de 1,39% do capital social, pelo preço praticado no âmbito da OPA, ou seja, R\$11,50 por ação, ajustado pela taxa Selic acumulada, pro rata temporis, desde a data de liquidação da OPA em 14 de março de 2018, até o dia em que o valor do resgate for disponibilizado aos acionistas, em conformidade com o disposto no artº 4º, parágrafo 5º 6.404/1976. O pagamento do valor do resgate será efetuado, à conta da reserva de capital registrada pela Companhia em suas demonstrações financeiras, sem necessidade de redução de capital, até o dia 15 de maio de 2018 nos termos do item 8.3 do edital da OPA, e o valor do resgate será depositado em conta de titularidade do acionista perante o respectivo custodiante ou agente escriturador da Companhia ("Banco Itaú Unibanco"), conforme aplicável. Em relação aos acionistas cujos cadastros não estejam devidamente atualizados, o valor do resgate será depositado e ficará à disposição no Banco Itaú Unibanco, a fim de receberem o pagamento pelas ações resgatadas, tais acionistas deverão observar os procedimentos a serem detalhados em fato relevante a ser divulgado pela Companhia.

36. Eventos subsequentes—Continuação

- Oferta Pública—Continuação

Em 07 de maio de 2018, a Prumo aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2018, o resgate e conseqüente cancelamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia que remanesceram em circulação após a OPA lançada por EIG LLX, publicada em 07 de fevereiro de 2018, cujo leilão ocorreu em 09 de março de 2018, as quais correspondem a 5.226.726 ações, representativas de 1,39% do capital social.

O respectivo pagamento ocorrerá, em 15 de maio de 2018, nos termos do Art. 20, III, da Instrução CVM nº 361/02. O preço do resgate será de R\$ 11,63 por ação, equivalente ao Preço da OPA, em moeda corrente nacional, preço por ação pago na data de liquidação já considerando o ajuste pela variação da Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil, publicada pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Taxa SELIC") desde 14 de março de 2018, Data de Liquidação da OPA, até 15 de maio de 2018, data do efetivo pagamento, em conformidade com o disposto no Artigo 4º, § 5º, da Lei nº 6.404/1976.

O pagamento do valor do resgate será efetuado, nos termos do item 8.3 do edital da OPA, e o valor do resgate será depositado em conta de titularidade do acionista perante o agente escriturador da Companhia, Banco Itaú Unibanco S.A ("Banco Itaú"). Em relação aos acionistas cujos cadastros não estejam devidamente atualizados, o valor do resgate será depositado e ficará à disposição no Banco Itaú. Os acionistas cujos cadastros não estejam devidamente atualizados deverão comparecer a qualquer agência do Banco Itaú, munidos dos documentos abaixo indicados, sem prejuízo de outros que o Banco Itaú venha a solicitar:

(i) Pessoa Física: (a) cópia autenticada do cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF"); (b) cópia autenticada da cédula de identidade; (c) cópia autenticada de comprovante de residência. representantes de menores, interditos e acionistas que se fizerem representar por procurador deverão apresentar documentação outorgando poderes de representação e cópias autenticadas do CPF/MF e Cédula de Identidade dos representantes. Os representantes de menores e interditos deverão apresentar, ainda, a respectiva autorização judicial;

(ii) Pessoa Jurídica: (a) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado; (b) cópia autenticada do cartão de inscrição no CNPJ/MF; (c) cópia autenticada da documentação societária outorgando poderes de representação; (d) cópias autenticadas do CPF/MF, da cédula de identidade e do comprovante de residência de seus representantes. Investidores residentes no exterior podem ser obrigados a apresentar outros documentos de representação;

36. Eventos subsequentes—Continuação

- Oferta Pública—Continuação

(iii) Investidor via Resolução CMN 4.373, o acionista que tenha investido nas ações objeto da OPA por meio do mecanismo estabelecido pela Resolução CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada ("Investidor via Resolução CMN 4.373"), deverá fornecer, além dos documentos descritos no (i) ou (ii) acima, conforme aplicável, documento atestando o seu número de registro perante a CVM e perante o Banco Central do Brasil (neste último caso, o número de RDE-Portfólio e RDE-IED). Caso o Investidor via Resolução CMN 4.373 seja uma pessoa física estrangeira, deverá apresentar, além dos documentos aqui indicados, uma cópia autenticada de seu número de inscrição no CPF/MF.

(iv) Universalidade de Bens (tais como espólios e fundos de investimento): (a) endereço do representante, telefone de contato e e-mail; (b) cópia autenticada da documentação comprobatória dos poderes para que o respectivo representante se manifeste para efeitos da OPA.

Após a apresentação dos documentos solicitados acima e sua verificação e validação pelo Banco Itaú, o pagamento do valor do resgate será devidamente processado em conta indicada pelo acionista interessado, respeitado a data do pagamento previsto acima.

- Aluguel de área

Em 3 de maio de 2018, foi assinado contrato de aluguel entre as subsidiárias Porto do Açú e Gás Natural de um terreno está localizado no Terminal 2 que mede aproximadamente 378.000 m², por um período de 23 anos renováveis por mais 25 anos para implantação da primeira usina termelétrica no Complexo Industrial do porto do Açú, com direito de expansão de área de aproximadamente 426.000 m² para implantação da segunda termelétrica e de potenciais futuros projetos termelétricos até o limite de capacidade de geração de energia licenciada pela GNA, que corresponde a 6.400 MW. Foi acordado que a Gás Natural poderá utilizar o molhe norte, a fim de desenvolver projeto de terminal de regaseificação de gás natural liquefeito, cuja capacidade inicial será suficiente para atender as demandas de suprimento de gás natural das usinas termelétricas que serão construídas pela Gás Natural através de suas subsidiárias.

Com a assinatura do contrato de aluguel de área e o início da operação das térmicas previsto para 2021 e 2023, respectivamente, o Porto do Açú contará com geração de energia através de termelétricas, que totalizarão 2.911 MW de capacidade instalada. Este projeto de desenvolvimento do Açú Gas Hub será um dos principais vetores de desenvolvimento do Complexo Industrial do Porto do Açú.

36. Eventos subsequentes—Continuação

- Cancelamento do registro

Em 07 de maio de 2018, a Prumo recebeu o Ofício nº 165/2018/CVM/SEP/GEA-2, através do qual a CVM aprovou o cancelamento do registro de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/76, até então mantido em nome da Companhia. Deste modo, a Prumo passa a ser uma companhia de capital fechado e as ações de sua emissão deixarão de estar listadas para negociação na B3 S.A. e em qualquer outro mercado organizado.

- Acordo BP

Em 4 de maio de 2018, a Prumo e a BP celebraram um Acordo de Acionistas no qual a BP ratificou o compromisso de investir até US\$79.200 para desenvolvimento pela GNA I, subsidiária da Gás Natural, de uma termelétrica de 1.238 MW. Nos termos do Acordo de Acionistas, a BP terá direito de indicar até dois membros para o Conselho de Administração da Gás Natural, um membro para o Conselho de Administração da GNA I, indiretamente através da GNA Infra, assim como o Diretor de Compliance da Gás Natural.

- Acordo Siemens

Em 4 de maio de 2018, foram celebrados (i) o Acordo de Acionistas da GNA Infra entre a Gás Natural e a Siemens Energy Inc., pelo qual foi estabelecido o direito da Siemens Energy Inc. de nomear dois membros para o Conselho de Administração da GNA Infra; e (ii) o Acordo de Acionistas da GNA I entre a GNA Infra e a Dresser-Rand Participações Ltda., subsidiária integral da Siemens (“Siemens Dresser-Rand”). Além da confirmação do compromisso de investimento da Siemens Dresser-Rand. para desenvolvimento da termelétrica de 1.238 MW pela GNA I, o Acordo de Acionistas estabelece, dentre outros, o direito de a Siemens Dresser-Rand nomear até dois membros para o Conselho de Administração da GNA I, bem como o seu Diretor Financeiro.

Composição do Conselho de Administração

Composição da Diretoria

Roberto D'Araujo Senna
Presidente

José Magela Bernardes
Diretor Presidente

Robert Blair Thomas
Presidente Honorário

Eugenio Leite de Figueiredo
Diretor Econômico e Financeiro e de Relações com Investidores

Kevin Lee Lowder
Conselheiro

Flavio Bernardo Luna do Valle
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor Vice-Presidente

José Alberto de Paula Torres Lima
Conselheiro

Luiz do Amaral de França Pereira
Conselheiro Independente

Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho
Conselheiro

Jorge Marques de Toledo Camargo

Conselheiro Independente

Leonardo Fortuna Bernardo Ribeiro
Gerente de Controladoria
Contador CRC-RJ 091229/O-9